

CADERNO DE RESUMOS

VIII SEMANA EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL

21 a 25 de novembro de 2022

“Diga ao povo que avance. Avançaremos”:
as políticas públicas de promoção de
igualdade racial entre desmontes,
resistências e remontes

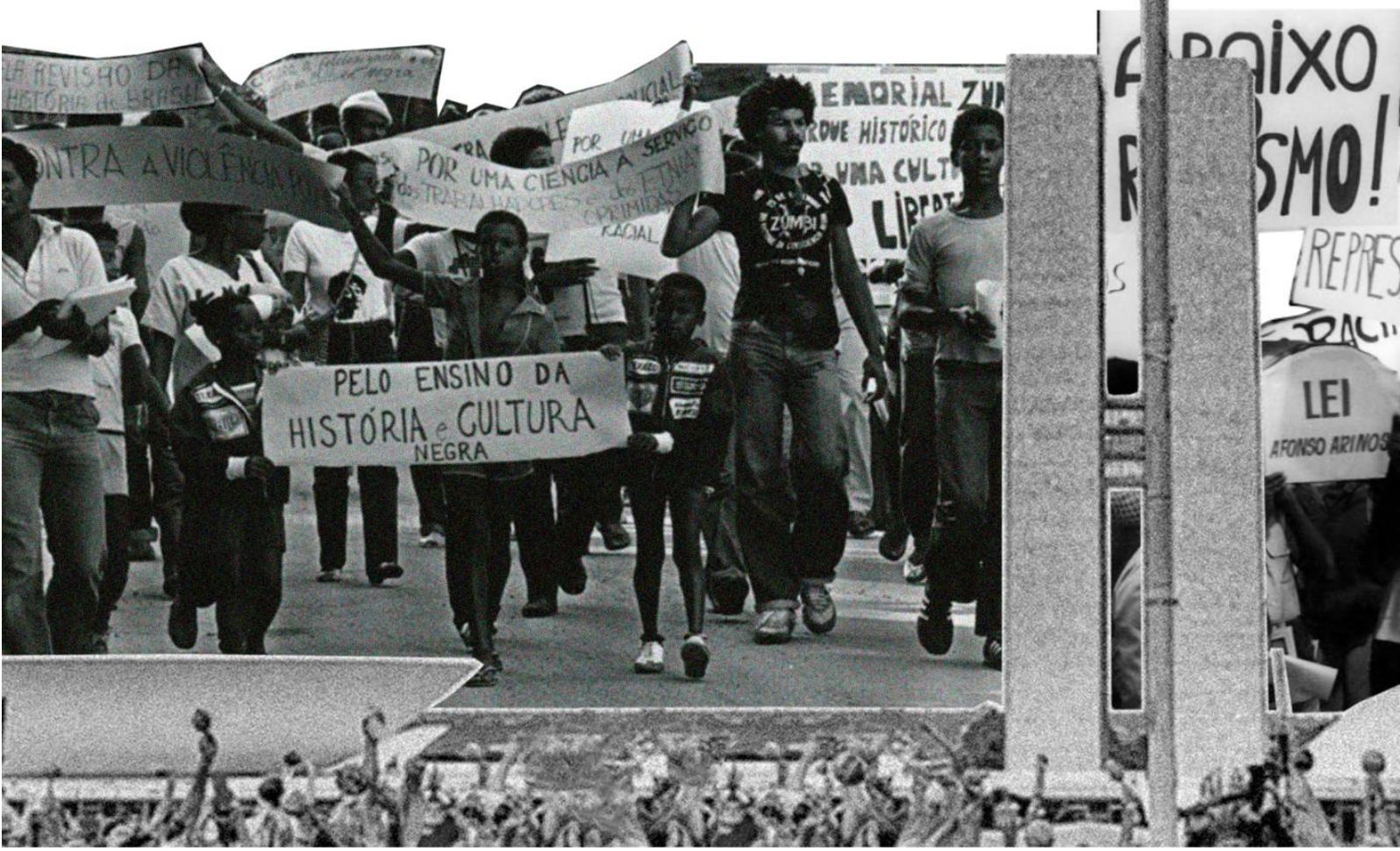


**CADERNO DE
RESUMOS**

VIII SEMANA EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL

21 a 25 de novembro de 2022

“Diga ao povo que avance. Avançaremos”:
as políticas públicas de promoção de
igualdade racial entre desmontes,
resistências e remontes



Caderno de Resumos da VIII Semana em favor da Igualdade Racial – “Diga ao povo que avance, avançaremos” – As políticas públicas de promoção de igualdade racial entre desmontes, resistências e remontes

Flávia Rodrigues Lima da Rocha; Maycon David de Souza Pereira (org.)

ISBN 978-65-88975-54-1

Copyright ©Edufac 2022

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora Afiliada



Comissão Científica e Diagramação

Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva (Ufac; SEE/AC)

Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha (Ufac)

Prof. Me. Wálisson Clister Lima Martins (Ufac; SEE/AC)

Equipe de Arte

Kaliny Custódio do Carmo (Ufac)

Kássia Geovana Ferreira Costa (Ufac)

Liliana Piedade de Oliveira (Ufac)

Wálisson Clister Lima Martins (Ufac; SEE/AC)

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial

Adelice dos Santos Souza, Ana Carolina Couto Matheus, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria Poças (presidente), Antonio Gilson Gomes Mesquita, Carlos Eduardo Garçon de Carvalho, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Dennys da Silva Reis, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Raimundo Alves Neto, Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Dourado de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Rafael Marques Gonçalves (vice-presidente).

Coordenadora Comercial e Serviços de Editoração

Ormifran Pessoa Cavalcante

Universidade Federal do Acre
Biblioteca Central
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

-
- S471c Semana em favor de Igualdade Racial (8.; 2022 nov. 21-25 : Rio Branco, AC)
 Cadernos de Resumos VIII Semana em favor de Igualdade Racial: “Diga ao povo que avance, avançaremos!” – As Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial entre Desmontes, Resistências e Remontes [recurso eletrônico] / Flávia Rodrigues Lima da Rocha; Maycon David de Souza Pereira (Org.). – Rio Branco: Edufac; Neabi, 2022.
- 51 p. [recurso eletrônico]
- Vários autores.
- ISBN: 978-65-88975-54-1
1. Pesquisa – Eventos, Congressos – Acre. 2. Igualdade. 3. Políticas públicas. I. Silva, Andressa Queiroz (org.). II. Pereira, Maycon David de Souza (org.). III. Martins, Wálisson Clister Lima (org.). IV. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - Neabi. V. Título.

CDD: 305.8098112

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
GRUPO DE TRABALHO I - HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	14
OS DESAFIOS DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA O PRECONCEITO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	16
Adelzita Valéria Pacheco de Souza	
AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DO ACRE E DE SEU TRABALHO NO MOVIMENTO SOCIAL PARA A PRESERVAÇÃO DAS NARRATIVAS DAS TRAJETÓRIAS SOCIAIS DO MOVIMENTO NEGRO NA AMAZÔNIA ACREANA	17
Amanda Silva Alves	
ESSÊNCIAS INSUBMISSAS, CORPOS SEGREGADOS: AS NARRATIVAS INSURGENTES E O PAPEL DA ESCOLA NA MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES	18
Ana Cláudia Magnani Delle Piagge Claudete de Sousa Nogueira	
CRIANÇAS E ESCOLAS: RESSIGNIFICANDO MUNDOS ATRAVÉS DOS SONHOS.....	19
Ana Claudia Magnani Delle Piagge	
“MINAS NEGRAS”: EXPECTATIVAS E TRAJETÓRIAS NA ERER.....	20
Ana Lúcia Mathias	
LITERAFRO COMO ARTESANATO DECOLONIAL	21
Ana Luísa Garcia Santos Cassia Iasmin de Oliveira Marinho Thais Albuquerque Figueiredo	
OS DISCURSOS INTERPELADOS ÀS (DES)IGUALDADES RACIAIS NAS ESCOLAS: LUTAS E TENSÕES À LUZ DE TA-NEHISI COATES	22
Andréia Souza de Araújo Cayne Bandeira Galvão	
O PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UM RELATO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA ATRAVÉS DO GÊNERO BIOGRAFIA.....	23
Andressa Queiroz da Silva	
A UNIVERSIDADE COMO TERRITÓRIO INDÍGENA: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DE(S)COLONIAL	24
Andrisson Ferreira da Silva Danilo Rodrigues do Nascimento Ramon Nere de Lima	
PROJETO AFROCIENTISTA: ENEGRECENDO O AMBIENTE ESCOLAR ..	25

Cassia Iasmin de Oliveira Marinho	
Thais Albuquerque Figueiredo	
PERSPECTIVAS SOBRE O CORPO PARTINDO DO PENSAMENTO DE OYÈRÓNKÉ OYÈWÙMÍ	26
Cecília Almeida Rios	
OS BEBÊS NEGROS E A LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO ÂMBITO DA CRECHE	27
Cleidiane Colins Gomes	
EDUCAÇÃO, GÊNERO E FEMINISMO: INTERPRETAÇÕES E REINTERPRETAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE IGUALDADE E SOLIDARIEDADE FEMININA NO ESPAÇO EDUCACIONAL	28
Francisca Cibele da Silva Gomes	
ANTIRRACISMO NA ESCOLA.....	29
Jailanne Maria da Costa de Almeida	
Liliane Bezerra da Silva	
A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ATRAVÉS DA REVISTA EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL.....	30
Jardel Silva França	
ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO MOCINHA MAGALHÃES	31
Gonçalves Jonas Carrilha de Oliveira	
Ló-Ruama Íllary Freires Pereira	
Maria Salete Peixoto	
MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: ATUAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO NEGRO ACREANO.....	32
Kaliny Custodio do Carmo	
A LEI N.º 11.645/2008 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE: O CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAS	33
Karolayne Almeida de Souza	
Lucilene Ferreira de Almeida	
PLANTÕES PSICOSSOCIAIS E OUVIDORIA NEABI/UFAC: AÇÕES POSSÍVEIS NA PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL.....	34
Liliana Piedade de Oliveira	
Raiele Souza Moura	
Paloma Garcia Melo	
LEI 12711/2012 NA UFAC: REFLEXÃO SOBRE COTAS NOS CURSOS DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE ANTES DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO	35

Lucas Nascimento Assef de Carvalho	
DEBATES NECESSÁRIOS SOBRE A LEI 10.639 E 11.645: COMPREENDO A CULTURA AFRO E INDÍGENA NA FORMAÇÃO DO BRASIL NO ENSINO MÉDIO EBT'T DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFAC.....	36
Luciney Araújo Leitão	
PUBLICAÇÕES COMO AÇÕES AFIRMATIVAS NO NEABI/UFAC: UMA PRODUÇÃO EMANCIPATÓRIA E ANTIRRACISTA DE CONHECIMENTOS	37
Maycon David de Souza Pereira	
Flávia Rodrigues Lima da Rocha	
O POETA DO POVO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO FORMAL.....	38
Michelly Conceição Cardoso	
1ª EDIÇÃO TEMÁTICA DO CLUBE DE LEITURA CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E CULTURA (CLCHEC): DEBATES SOBRE BRANQUITUDE E GÊNERO ENQUANTO ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO RACISMO	39
Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque	
AFRO-VIVÊNCIA NA POESIA	40
Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque	
Sara Ketlen Albuquerque da Silva	
NEABI/UFAC: CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UM ACERVO DE MATERIAIS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL COMO UMA IMPORTANTE FERRAMENTA NA LUTA ANTIRRACISTA	41
Paulo Cesar Alves Contreiras Júnior	
Beatriz Domingos da Silva	
Karolyne Marques da Silva	
Kaliny Custódio do Carmo	
Danilo Rodrigues do Nascimento	
A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NOS LIVROS DA ESTANTE DIGITAL DO PROGRAMA “LEIA PARA UMA CRIANÇA” - ITAÚ SOCIAL	42
Raiele Souza Moura	
Flávia Rodrigues Lima da Rocha	
HISTÓRIA, CANTOS, ENCANTOS E DESENCANTOS: A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO	43
Raiele Souza Moura	
Karolyne Marques da Silva	
PRETA, PRETA, PRETINHA: REPRESENTAÇÕES DE MENINAS NEGRAS NA LITERATURA INFANTIL CONTEMPORÂNEA.....	44
Sara da Silva Pereira	
CONSTRUINDO AÇÕES VALORIZATIVAS EM EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÕES ANTIRRACISTAS PROMOVIDAS PELO NEABI/UFAC.....	45

Wálisson Clister Lima Martins

Milene Rodrigues de Lima

GRUPO DE TRABALHO II - ENTRE O RACISMO LINGUÍSTICO E A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA ANTIRRACISTA: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SUBVERTENDO A LÓGICA DA COLONIALIDADE..... 46

A CIÊNCIA DA RELIGIÃO DIALOGA COM QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO PARA UMA EDUCAÇÃO INTERRELIGIOSA, DEMOCRÁTICA E DE COMBATE ÀS INTOLERÂNCIAS 48

Adriana Rocha Ribeiro Araújo

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CURSO RACISMOS E ANTIRRACISMOS NO ENSINO DE LÍNGUAS 49

Andressa Queiroz da Silva

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

DIÁLOGOS ENTRE A LEI 10.639/2003, O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO E AS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS RECURSOS DAS BANCAS RECURSAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE 50

Andressa Queiroz da Silva

Shelton Lima de Souza

“TER PELE ESCURA É SER ISMÁLIA”: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO EM UMA ATIVIDADE DE LEITURA51

Bruna Carolini Barbosa

O PERIGO DA HEGEMONIA NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA (EUA /EUROPA/CANADÁ): ENSINANDO O INGLÊS A PARTIR DA PERSPECTIVA AFRRORREFERENCIADA 52

Dinalva Marreiro Pereira Todão

EDUCAÇÃO POPULAR PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM MULHERES NEGRAS 53

Laís Melo de Andrade

MUSICALIDADE: REPRESENTAÇÃO, RESISTÊNCIA, EMPODERAMENTO E RESILIÊNCIA 54

Larissa Lima Rodrigues

Beatriz Domingos da Silva

CORPO FEMININO, ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E MODOS DE RESISTÊNCIA 55

Poliana de Melo Nogueira

APRESENTAÇÃO

Sob o tema *“Diga ao povo que avance. Avançaremos!”*, as *políticas públicas de promoção de igualdade racial entre desmontes, resistências e desmontes*, a realização da VIII Semana em Favor de Igualdade Racial (Sefir) representa a continuidade de uma série de ações educacionais baseadas no antirracismo, realizadas desde 2013, pelo grupo que fundou o Neabi/Ufac. Nesse passo, a frase que intitula o evento faz referência à fala de Xicão, liderança do povo indígena Xukuru de Ororubá, Pernambuco, a qual demonstra a força dos povos indígenas em resistir às políticas coloniais de genocídio, impetradas contra suas populações, e ilustra a necessidade de avanço e enfrentamento a ser mobilizada pelos movimentos negros e indígenas, de forma coletiva.

Assim, a comissão organizadora optou por dar centralidade na discussão sobre o contexto atual das políticas públicas de promoção de igualdade racial, frente aos desmontes que têm sido enfrentados em nível nacional, principalmente após o golpe de 2016 e a eleição para o governo federal brasileiro, em 2018. Para a comissão do evento, é necessário entender tanto como ocorrem esses desmontes quanto as resistências que têm sido construídas historicamente pelos movimentos negros e indígenas, a fim de fomentar bases para a elaboração de estratégias na superação e (re)construção de políticas para a igualdade racial.

O presente caderno é fruto de trabalhos coletivos e contém os resumos de pesquisas concluídas ou em andamento, submetidas e aprovadas por pesquisadores de todo o Brasil – que, de alguma forma, buscam promover o antirracismo na sociedade brasileira, dando destaque às populações negras e indígenas – nos grupos de trabalho I - História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, coordenado por Profa. Ma. Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva e Profa. Me. Wálisson Clister Lima Martins; e 02 - Entre o Racismo Linguístico e a Educação Linguística Antirracista: Ensino, Pesquisa e Extensão Subvertendo a Lógica da Colonialidade, coordenado por Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva e Profa. Ma. Flávia Rodrigues Lima da Rocha, que agregam as discussões realizadas durante o período de 21 a 25 de novembro de 2022, na Sefir.

É esperado que tais trabalhos contribuam com o avanço da ciência, difusão de práticas pedagógicas antirracistas e, conseqüentemente, com a construção de um futuro justo e democrático para todos nós.

Boa leitura!

Rio Branco, Acre
Prof. Me. Wálisson Clister Lima Martins
Membro da comissão organizadora da VIII Semana em Favor de Igualdade Racial



**GRUPO DE
TRABALHO I**

**HISTÓRIA E CULTURA
AFRICANA E AFRO-
BRASILEIRA E
EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS**



GRUPO DE TRABALHO HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

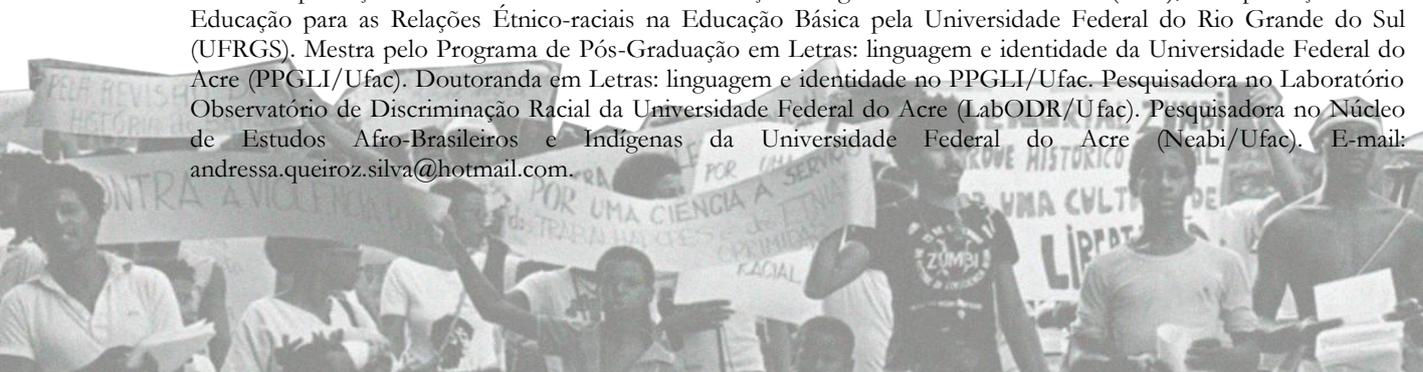
Coordenação: Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha¹, Prof. Me. Wálisson Clister Lima Martins² e Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva³

O presente grupo de trabalho é um espaço para que se dê visibilidade a práticas pedagógicas que efetivem a Lei 10.639/2003 e pesquisas sobre a referida lei e suas diretrizes (2004). Sua importância está em discutir uma temática ainda muito estigmatizada e silenciada em nossas escolas e instituições de ensino superior. Seu objetivo é, não somente compartilhar trabalhos que promovam igualdade racial no ambiente escolar, como também mostrar como é possível fazer esta lei ser executada na prática a fim de sensibilizar outros profissionais da educação a se envolverem com esta temática e inclui-la em sua práxis pedagógica. Segundo Gomes (2011), a efetivação da referida lei exige mudanças estruturais, em específico, a mudança deve começar na mentalidade de toda comunidade escolar, no intuito de romper com o racismo secular e institucional que todo sujeito negro enfrenta em sua sala de aula. Por isso, espera-se com este grupo de trabalho fortalecer as práticas pedagógicas e pesquisas em favor de igualdade racial no ambiente escolar, como também motivar o desenvolvimento de outras mais.

¹ Professora de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br.

² Professor da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Formada no Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola pela Ufac. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac). Coordenador de Ensino no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: wclmartins@gmail.com.

³ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Formada no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola (Ufac); no Aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Doutoranda em Letras: linguagem e identidade no PPGLI/Ufac. Pesquisadora no Laboratório Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre (LabODR/Ufac). Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: andressa.queiroz.silva@hotmail.com.



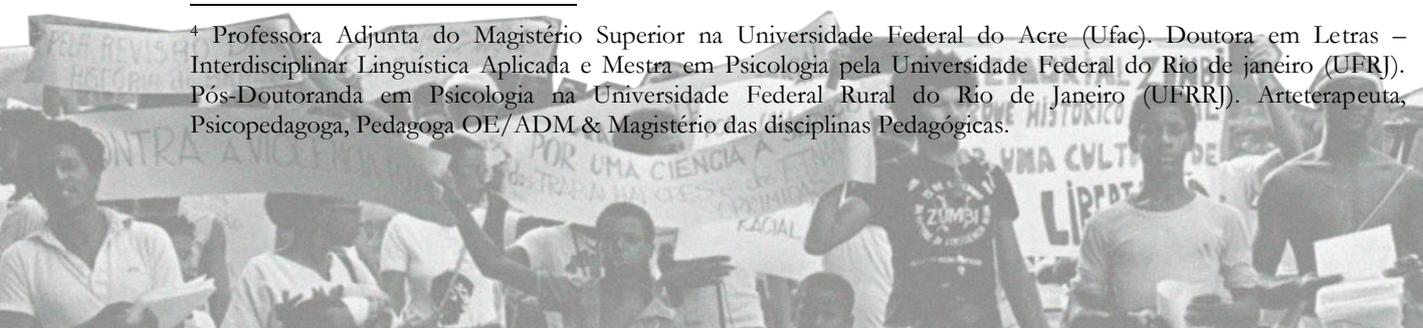
OS DESAFIOS DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA O PRECONCEITO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Adelzita Valéria Pacheco de Souza⁴

O Brasil, nação inacabada com sociedade em constante processo de construção, tendo como legado histórico a educação e seu desenvolvimento em diferentes ritmos nos contextos sociais, e questões raciais que deixam suas marcas, principalmente se tratando de discriminação racial. A discriminação racial na educação é contundente, embora o ordenamento jurídico aponte direitos iguais para gêneros raças e etnias, explicitado na legislação educacional. No contexto histórico da educação, a inserção da mulher na profissão docente vem sendo ocupada em grande escala pelo feminino. Neste estudo, pretendemos olhar, de igual modo, para um outro viés que reforça a discriminação, quando se trata da mulher negra, o que se configura em dupla discriminação, sendo a escola, lugar reprodutor de preconceito. Foi utilizado como referência teórica os conceitos de Hall (2011), que trata dos estudos culturais; Bonetti e Abreu (2011) que discutem as faces da desigualdade de gênero; Moscovici (2011; 2014) que aborda sobre as representações sociais e minorias ativas; Vala e Lima (2004), que fundamentam estudos sobre representações sociais e seu núcleo central. O trabalho utiliza da pesquisa qualitativa descritiva, através de pesquisa bibliográfica, que nos permitirá reunir marco teórico conceitual que fundamenta as impressões favoráveis para tecer o produto que reunirá as percepções da pesquisa, aliada a pesquisa de campo, que favorecerá observar o fenômeno no âmbito das escolas, utilizando como amostra uma das escolas da educação básica de Seropédica – Rio de Janeiro. Escolhemos como participantes estudantes femininas que apresentam alguma vivência de discriminação e preconceito no âmbito escolar; tendo como objetivo verificar, analisar e apontar as condições da mulher negra na educação básica frente aos possíveis desafios de discriminação que são submetidas, evidenciando como a escola da educação básica lida com preconceitos.

Palavras-chave: Gênero. Educação Étnico-Racial. Educação Básica. Discriminação.

⁴ Professora Adjunta do Magistério Superior na Universidade Federal do Acre (Ufac). Doutora em Letras – Interdisciplinar Linguística Aplicada e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Arteterapeuta, Psicopedagoga, Pedagoga OE/ADM & Magistério das disciplinas Pedagógicas.



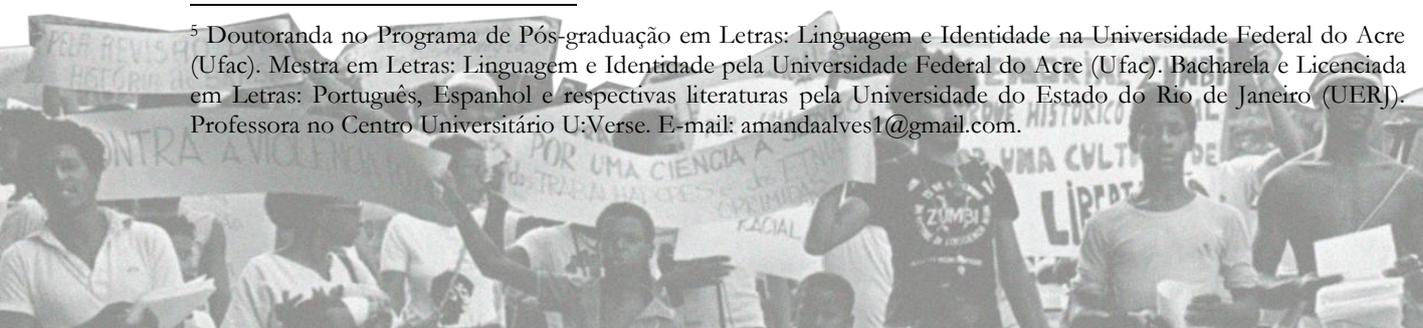
AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DO ACRE E DE SEU TRABALHO NO MOVIMENTO SOCIAL PARA A PRESERVAÇÃO DAS NARRATIVAS DAS TRAJETÓRIAS SOCIAIS DO MOVIMENTO NEGRO NA AMAZÔNIA ACREANA

Amanda Silva Alves⁵

A pesquisa proposta organiza-se em torno da seguinte pergunta norteadora: quais são as contribuições das mulheres da Associação de Mulheres Negras do Acre e de seu trabalho no movimento social para a preservação das narrativas das trajetórias sociais do movimento negro na Amazônia acreana? Como objetivo geral, pretende-se conhecer e descrever as contribuições destas mulheres e de seu trabalho no movimento social para a preservação das narrativas das trajetórias sociais do movimento negro na Amazônia acreana. No que se refere aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza prática, descritivo-exploratória, que fará uso de documentação indireta, através de pesquisa bibliográfica e documental, e documentação direta, a partir da execução de entrevistas semiestruturadas. As participantes são mulheres que atuaram ativamente na criação da Associação de Mulheres Negras do Acre como sócias-fundadoras ou que se tornaram sócias efetivas da Associação de Mulheres Negras do Acre (militante do movimento social) entre o período de 2015 e 2021. O tipo de amostra da pesquisa é a não probabilística e, para sua seleção, será adotada a técnica de amostragem conhecida como *snowball* ou bola de neve. No que se refere ao referencial teórico, nos serão úteis as abordagens sobre interseccionalidade propostas por Kimberle Crenshaw (1989), a qual é tida como a criadora deste termo. Outras autoras que abordam a questão da mulher negra, das especificidades do feminismo negro e que serão úteis para o desenvolvimento da pesquisa são Angela Davis (2016), Audre Lorde (2019), Patricia Hill Collins (2019), Bell Hooks (2018), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2011), Beatriz Nascimento (2021), Djamilla Ribeiro (2016), dentre outras. Também serão utilizados como fonte de pesquisa os escritos de Achille Mbembe (2014) e Frantz Fanon (1968).

Palavras-chave: Associação de Mulheres Negras do Acre. Movimento Negro Acreano. Movimento Negro. Movimento de Mulheres. Movimento de Mulheres Negras.

⁵ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade na Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Bacharela e Licenciada em Letras: Português, Espanhol e respectivas literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora no Centro Universitário U:Verse. E-mail: amandaalves1@gmail.com.



ESSÊNCIAS INSUBMISSAS, CORPOS SEGREGADOS: AS NARRATIVAS INSURGENTES E O PAPEL DA ESCOLA NA MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES

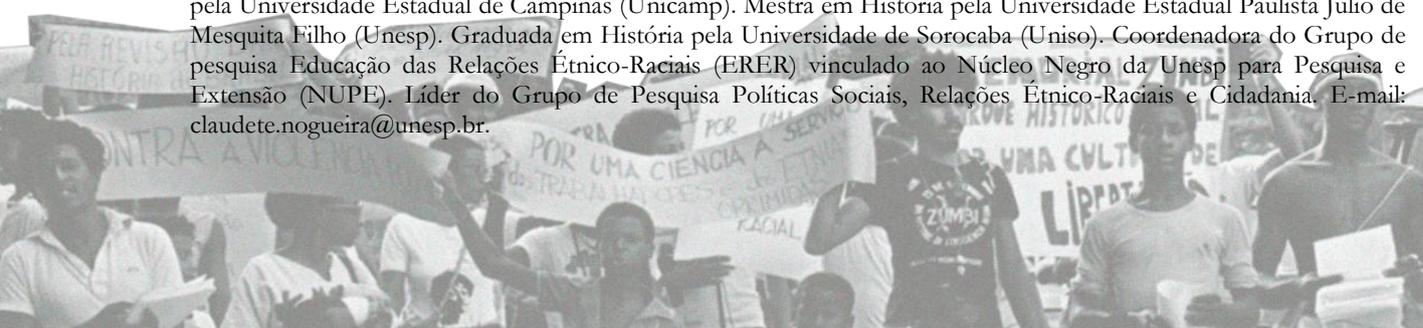
Ana Cláudia Magnani Delle Piagge⁶
 Claudete de Sousa Nogueira⁷

Esse projeto de pesquisa tem como proposta abordar a constituição de subjetividades plurais, no cotidiano escolar, a partir da ideia de que o acesso a uma perspectiva histórica e literária decolonizada pode fortalecer o respeito e valorizar as diferenças, sendo nossa questão norteadora: Qual o papel da escola na construção de subjetividades que seja de fato plural, libertadora e transformadora a partir de um discurso decolonizado da história brasileira? A metodologia utilizada para subsidiar nossa ação teórico metodológico terá como perspectiva uma pesquisa qualitativa com referências da etnografia, a partir de um método transdisciplinar fundamentado em Geertz (1989), Candau (2008), Gomes (2017), Munanga (1994; 2004), Curiel (2019), Lugones (2008; 2014), Kilomba (2019), hooks (2017), Quijano (1992; 2007), Freire (1996; 1997), Fanon (1965; 2008), Foucault (1984; 2004), autores e autoras decoloniais, dos estudos culturais, da diversidade étnico-racial e de gênero nas ciências humanas e sociais, bem como a observação in loco do cotidiano escolar. Nesse sentido, buscamos contribuir para a reflexão de como os conteúdos disponibilizados aos alunos, produzidos através de relações imbricadas entre o Colonialismo, o androcentrismo e o racismo e a falta de reflexões no âmbito das formações de professores, podem manter práticas discriminatórias, que promovem a subalternização de corpos, silenciando vozes e mantendo as relações de poder, sobretudo nas opressões de gênero e raça.

Palavras-chave: Processos Educativos. De(s)colonização. Relações Étnico-Raciais. Colonialismo. Subjetividades.

⁶ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar e Pedagoga da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: ana.magnani@unesp.br

⁷ Professora Assistente na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Graduada em História pela Universidade de Sorocaba (Uniso). Coordenadora do Grupo de pesquisa Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) vinculado ao Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (NUPE). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Relações Étnico-Raciais e Cidadania. E-mail: claudete.nogueira@unesp.br.



CRIANÇAS E ESCOLAS: RESSIGNIFICANDO MUNDOS ATRAVÉS DOS SONHOS

Ana Claudia Magnani Delle Piagge⁸

Este trabalho tem como proposta abordar a discussão acerca da negação dos sonhos, por crianças de 8 a 11 anos negras e a não percepção do impacto disso na aprendizagem pelos professores, no micro contexto de uma escola periférica do interior do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada para a escuta e a observação das crianças e dos professores foi a de um percurso etnográfico com a observação realizada in loco do cotidiano escolar, no qual as falas dirigidas e espontâneas e os movimentos dos/nos corpos foram registrados em cadernos de campo. Essa ação é sustentada pela perspectiva de autoras e autores decoloniais na antropologia, na filosofia, nos estudos étnico-raciais e culturais nas ciências humanas e sociais, tendo base teórica os autores: Ailton Krenak (2022), Mestra Mayá (2022), Gandhi Piorsky (2020), Sigmund Freud (1996), Renato Noguera (2019) e Paulo Freire (2000). Nesse sentido, compreendemos que os sonhos, no âmbito das práticas pedagógicas utilizadas pelas escolas, vêm sendo desperdiçados como potência mobilizatória e encantatória pelo saber, fato que colabora com o nosso entendimento acerca da urgência em promovermos mais discussões a respeito dessa temática.

Palavras-chave: Sonhos. Processos Educativos. Crianças. De(s)colonização do saber. Relações Étnico-Raciais.



⁸ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar e Pedagoga da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: ana.magnani@unesp.br

“MINAS NEGRAS”: EXPECTATIVAS E TRAJETÓRIAS NA ERER

Ana Lúcia Mathias⁹

A pesquisa tem por objetivo reafirmar a necessidade de uma proposta educativa apresentando uma prática desenvolvida, por meio de oficinas e reflexões, para a construção de uma educação antirracista, desenvolvida por um estudo que analisa sete meninas negras em suas trajetórias, que potencializam as articulações das adolescentes na problematização do racismo no espaço escolar. Buscando apontar uma interlocução orgânica da escola com os juvenis grupos e a compreensão das sociabilidades dessas meninas negras, cursando 8º e 9º anos, do Ensino Fundamental, que vão além de suas expectativas, e suas trajetórias na educação e à equidade de gênero e raça, com representatividade do Grupo de pesquisa ErêYá/UFPR, realizamos a pesquisa no Colégio Estadual Padre João Wislinski, localizado no Bairro Santa cândida em Curitiba-PR, com muita vulnerabilidade social. E com base na proposta do projeto “Minas Negras, que vão Além”, idealizada pela ABPN – Associação Brasileira dos Pesquisadores/as Negros/as. A mesma trata do conceito de educação antirracista e de práticas para (re)educação das relações étnico-raciais (ERER) e sua construção de ambientes livres de racismo provocando reflexões sobre sua manifestação nas várias instâncias da vida dessas minas negras, em relação: escola, família, gênero e raça. A pesquisa objetiva analisar como as sociabilidades dessas Minas se constituem a partir dos grupos presentes no ambiente escolar, identificando suas relações subjacentes e suas representações acerca do preconceito, gênero e discriminação racial. Nossa abordagem metodológica em estudo de caso, sendo observadas, as “Minas Negras”, com fontes orais e documentais na escola estudada, a qual nos auxiliam nos referencias com base teórica em autores como, Gomes (2005), Munanga (2004), Fanon (2005), Bento (2011), Silva (2008).

Palavras-chave: Relações-raciais. Educação. Minas Negras. Gênero. Raça.

⁹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora no Grupo de Estudos ErêYá//UFPR. E-mail: analucia.mathias@gmail.com.



LÍTERAFRO COMO ARTESANATO DECOLONIAL

Ana Luísa Garcia Santos¹⁰

Cassia Iasmin de Oliveira Marinho¹¹

Thais Albuquerque Figueiredo¹²

O trabalho em questão tem por objetivo resgatar figuras pouco conhecidas na história do Brasil que desempenharam papéis abolicionistas, antirracistas, e subversivos em prol de um ideal comum: liberdade. Nesse sentido, em conformidade com as rodas de conversas, oficinas, afrocines e demais atividades desenvolvidas durante o projeto, é possível ter um arcabouço teórico e conceitual, desse modo, o trabalho aqui exposto se justifica pelo seu viés decolonial que visa conversar sobre figuras que foram silenciadas em virtude de um currículo eurocêntrico. A proposta será desenvolvida juntamente com a aluna e bolsista do programa, dessa forma, a metodologia pensada para a execução será de cunho bibliográfico, haja vista a pesquisa sobre as figuras elencadas. Ademais, compreendemos que as mídias são espaços propiciadores de debates acadêmicos e propagação de conhecimento, e pensando nisso a rede social instagram será usada como mecanismo cujo intuito é democratizar o acesso aos conhecimentos a respeito da cultura Afro-brasileira e enegrecer esses espaços, que são também espaços de embates políticos. O referencial elencado baseou-se em: Carneiro (2018), Freire (1968), Gomes (2017), Kilomba (2020) hooks (2017) Munanga (2020), entre outros, por fim, o trabalho em conjunto resultará em publicação de quatro vídeos curtos contendo um minuto cada, sendo o primeiro postado na abertura do *II Seminário Afrocientista*, e os demais ao longo do mês de novembro que também é mês de Novembro Negro, evento consagrado e realizado anualmente pelo Neabi/Ufac.

Palavras-chave: LiterAfro. Conhecimento. Enegrecer. Projeto Afrocientista.

¹⁰ Discente da Educação Básica na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejorb). Bolsista no Projeto Afrocientista (3ª edição) promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), financiado pelo Instituto Unibanco e executado no estado do Acre pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejorb).

¹¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pós-Graduada em Criminologia na Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Voluntária no Projeto Afrocientista na Escola José Ribamar Batista (Ejorb). E-mail: kassiasmin@gmail.com.

¹² Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Integrante no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Voluntária no Projeto Afrocientista na Escola José Ribamar Batista (Ejorb). E-mail: thais.figueiredo@sou.ufac.



OS DISCURSOS INTERPELADOS ÀS (DES)IGUALDADES RACIAIS NAS ESCOLAS: LUTAS E TENSÕES À LUZ DE TA-NEHISI COATES

Andréia Souza de Araújo¹³

Cayne Bandeira Galvão¹⁴

O presente estudo tem como objetivo discutir as relações étnico-raciais nas escolas, a partir de uma reflexão sobre os discursos apontados pelo autor Ta-Nehisi Coates a respeito das desigualdades raciais enfrentadas. As narrativas apontam os principais dilemas e desafios do negro na sociedade e são contrastadas aos escritos de Angela Davis (2018), Carolina Maria de Jesus (2014), Djamila Ribeiro (2019), Paulo Freire (1987) e Bell Hooks (2013) quanto aos métodos de introdução da pedagogia intercultural na sala de aula. A metodologia utilizada com os materiais estudados segue os pressupostos da análise de textos de comunicação (MAINGUENEAU, 2001) e da análise do discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990). Portanto, este trabalho justifica-se como uma pesquisa que busca desmascarar as raízes preconceituosas intrínsecas à história brasileira e problematizar as violências contra a negritude através dos recursos literários. Os resultados serão apresentados parcialmente, com abordagens de cunho qualitativo, documental e bibliográfico, contribuindo com a compreensão do negro como agente histórico no processo identitário brasileiro.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Lei 10.639/03. Desigualdade racial. Pedagogia Intercultural. Discurso.



¹³ Discente no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre (Ufac).

¹⁴ Discente no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre (Ufac).

O PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UM RELATO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA ATRAVÉS DO GÊNERO BIOGRAFIA

Andressa Queiroz da Silva¹⁵

Passadas quase duas décadas desde a promulgação da lei n. 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), ainda temos um panorama de não efetivação da lei, isso decorrente de vários fatores, entre eles o racismo estrutural, mas também a ausência de formações iniciais e continuadas para os professores. Dessa maneira, muitos professores não possuem as informações técnicas e específicas sobre a temática racial, levando em consideração que é importante ter essas informações, já que o racismo nos perpassa e somos levados por pré-conceitos acerca da temática racial. Assim, o presente trabalho busca relatar uma experiência de prática pedagógica realizada em uma escola pública de Rio Branco, com alunas e alunos do ensino fundamental anos finais, especificamente do 8º ano. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência, primeiramente faremos uma exposição da sequência didática e posteriormente apresentaremos os resultados da proposta feita na sequência didática aos alunos. Para isso, utilizamos como referencial teórico Moita Lopes (2006), Marcuschi (2008), Souza Neto (2021) e Souza e Cararo (2018). A partir da realização do trabalho foi possível apresentar aos alunos e principalmente às alunas a participação e importância das mulheres na história do país, principalmente as mulheres negras.

Palavras-chave: Prática antirracista. Gênero biográfica. Mulheres Negras.

¹⁵ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Formada no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola (Ufac); no Aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Doutoranda em Letras: linguagem e identidade no PPGLI/Ufac. Pesquisadora no Laboratório Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre (LabODR/Ufac). Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: andressa.queiroz.silva@hotmail.com.



A UNIVERSIDADE COMO TERRITÓRIO INDÍGENA: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DE(S)COLONIAL

Andrisson Ferreira da Silva¹⁶

Danilo Rodrigues do Nascimento¹⁷

Ramon Nere de Lima¹⁸

O presente resumo tem o objetivo de convidar para reflexão coletiva a importância dos povos indígenas na universidade. Como metodologia descritiva e analítica, buscamos perceber fatores que incidem no universo acadêmico, a fim de visualizar as identidades indígenas observando que: a discriminação é condicionante do pensamento branco eurocentrado; os trâmites burocráticos são empecilhos para o acesso e permanência dentro dos cursos de graduação, pós-graduação e efetivação como servidor público; quantos professores indígenas nós tivemos?; a universidade em sua linguagem simbólica pouco se insere no contexto originário, havendo pouca ou nenhuma arte indígena; o ensino-aprendizagem ainda se mantém engessado na lógica do pesquisador/objeto; o currículo aborda o ensino de história indígena de maneira muito pequena se comparado aos conteúdos eurocêtricos. Ademais, perene a isso, convidamos à discussão Quijano (2009) e Walsh (2009), refletindo as teorias decoloniais e interculturais, não somente como compilados academicistas, mas como propostas para repensar a vida. Sendo assim, como resultados, buscamos inferir, ainda que haja a tentativa de exclusão estrutural das ontologias originárias, suas vozes ecoam através de suas atuações transgressoras da racionalidade dualista que os relegou dos espaços de poder. Compreendendo a universidade, nesse sentido, como campo de potencializações das atuações diversas, sendo atestada também como um território indígena, espaço não somente físico, mas de representativas lutas pela educação, pelo qual a diferença é força motriz para o pensamento crítico descolonizado.

Palavras-chave: Povos indígenas. Educação. Interculturalidades. Decolonialidade.

¹⁶ Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inserido na linha de pesquisa "História Indígena, Etnohistória e Arqueologia". Discente no curso de Direito pela mesma instituição. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Aperfeiçoamento em "Ensino de História: saberes e fazeres de matriz africana e indígenas". Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: andrissonf@gmail.com.

¹⁷ Professor substituto no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na área de História, na Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Bacharel em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Concluinte do curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola (Ufac). Pesquisador no Laboratório de Interculturalidade (Labinter) e no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: danilo.rodrigues@sou.ufac.br.

¹⁸ Professor substituto no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na área de História, da Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGHIS/Unila). MBA em Gestão Pública, Pós-graduado em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação e Metodologia de Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniassevi). Bacharel em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Discente no Curso de Direito do Centro Universitário Estácio de Rio Branco - Estácio Unimeta. E-mail: ramonnere99@gmail.com.



PROJETO AFROCIENTISTA: ENEGRECENDO O AMBIENTE ESCOLAR

Cassia Iasmin de Oliveira Marinho¹⁹
Thais Albuquerque Figueiredo²⁰

O presente trabalho é fruto da troca de conhecimento entre graduandos voluntários no Projeto Afrocientista lotado na Escola José Ribamar Batista (Ejorb). A experiência abordada refere-se a duas rodas de conversa produzidas pelas autoras do presente artigo com os temas: “Identidade e Autoidentificação” e “Feminismo Negro”. O objetivo das rodas de conversas que ocorreram em dois dias era: dialogar sobre identidade, autoidentificação e feminismo negro, com o intuito de positivar aspectos da negritude nos alunos, e desconstruir o racismo cotidiano que atravessa o ambiente escolar. As rodas de conversa supramencionadas se deram em dois dias, onde no primeiro se abordou sobre identidade e autoidentificação negra e africana, discutindo dessa maneira conceitos como raça e etnia, no segundo dia, dialogamos a respeito da trajetória do feminismo e como ele era construído de maneira a não abranger mulheres negras, criando a necessidade de se pensar num feminismo que atendesse essas mulheres. A metodologia utilizada parte de pesquisas de materiais referenciais encontrados em websites, artigos científicos e obras literárias de autores estudiosos dos assuntos, fundidos a slides apresentados para os alunos em uma interessante roda de conversa com participação assídua de todos, onde se teve como pilar teórico no que tange ao tema Identidade e Autoidentificação: MUNANGA (2020), BENTO (2022), MBEMBER (2013), ALMEIDA (2021); e sobre Feminismo Negro foram: hooks (2020), RIBEIRO (2019), CARNEIRO (2003), GONZALES (2020). Ao final, pôde-se perceber que o senso crítico dos alunos foi aguçado a respeito do tema proposto, uma vez que eles puderem refletir mais a respeito de sua identidade, seu papel como agentes antirracistas e como o racismo os afeta de diferentes maneiras, por vezes silenciosas, mas não menos dolorosas.

Palavras-chave: Rodas de conversa. Autoidentificação. Identidade Negra. Afrocientista. Feminismo negro.

¹⁹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pós-Graduada em Criminologia na Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Voluntária no Projeto Afrocientista na Escola José Ribamar Batista (Ejorb). E-mail: kassiasmin@gmail.com.

²⁰ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Integrante no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Voluntária no Projeto Afrocientista na Escola José Ribamar Batista (Ejorb). E-mail: thais.figueiredo@sou.ufac.



PERSPECTIVAS SOBRE O CORPO PARTINDO DO PENSAMENTO DE OYÈRÓNKÉ OYÈWÙMÍ

Cecília Almeida Rios²¹

O presente trabalho intitulado *Perspectivas Sobre O Corpo Partindo Da Perspectiva De Oyèrónké Oyèwùmí*, sendo conduzido por organização filosófica comprometida com a teoria da decolonialidade presente na obra revestida de grande relevância política da socióloga nigeriana Oyèrónké, que traz uma virada epistemológica sob as noções de corpo e as questões ocidentais de categorização criadas a partir de experiências europeias, questionando o limite entre revelação e ocultação das formas de violência e encapsulando essas noções dentro do contexto de diferenciação, hierarquia e poder, revelando que antes do contato com o Ocidente, o corpo não servia de base para definir hierarquias e lugares sociais além de abordar o etnocentrismo empregado no conceito *Cosmovisão*, uma categoria ligada à lógica ocidental e o imperialismo epistemológico usado para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos, não só o visual. Oyèwùmí faz parte de um grupo de pesquisadores africanos que se dedicam a entender o período pré-colonial para pensar o continente, buscando compreender a forma como a imposição colonial determinou e continua determinando modos de organização hierarquizados entre os gêneros, traçando argumentos com intuito de mostrar que os conceitos utilizados por intelectuais ocidentais para categorizar hierarquias e relações de poder que abarca gênero no contexto familiar, não podem ser sobrepostos literalmente nos contextos não-ocidentais, como o caso Yorubá.

Palavras-chave: Corpo. Ocidente. Poder.

²¹ Discente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



OS BEBÊS NEGROS E A LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO ÂMBITO DA CRECHE

Cleidiane Colins Gomes²²

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado em educação ainda em andamento, que tem como objetivo abordar os bebês e sua relação com os livros de literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira na construção do repertório e sentido de pertencimento dos bebês negros em uma Creche Pública Municipal de Macapá. Haja vista que muitas pesquisas, como Fabiana Oliveira (2004) Cintia Cardoso (2018), trazem denúncias sobre uma normatividade branca, operando dentro das creches, assim sendo essas normatividades também vão operar nos livros que compõe o acervo da unidade e em toda organização escolar. É direito de todas as crianças, de bebês negros, indígenas, quilombolas de terem acesso a discursos que não sejam orientados por essas normatividades. Este estudo tem como objetivo identificar a prática pedagógica literária adotada pela creche e se essa contribui para a construção do repertório e sentido de pertencimento étnico-racial de bebês negros. Trata-se de uma pesquisa de cunho etnográfico, que, conforme João Amado e Luciano da Silva (2014), tem um papel ativo com os sujeitos/grupo que está sendo observado, uma vez que a pesquisa etnográfica é o estudo da cultura de um grupo, nesse caso os bebês no âmbito da creche que são produtores de cultura. O estudo etnográfico é um dos caminhos mais viáveis/indicados para atingir o objetivo aqui proposto. Tendo como aporte teórico pesquisadoras/res como: Eliane Cavalleiro (2012) Fulvia Rosemberg (2012), Eliane Debus (2017), Ângela Coutinho (2002), Maria Aparecida Bento (2012) Fabiana de Oliveira (2005) Lucimar Rosa Dias (2012), Cintia Cardoso (2018), e demais pesquisadoras/es que se debruçam sobre estudos com os bebês, literatura africana, afro-brasileira e relações étnico- raciais.

Palavras-chave: Educação infantil. Bebês negros. Literatura africana e afro-brasileira. Lei 10.639/2003.

²² Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). E-mail: cleidiane.collins@gmail.com.



EDUCAÇÃO, GÊNERO E FEMINISMO: INTERPRETAÇÕES E REINTERPRETAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE IGUALDADE E SOLIDARIEDADE FEMININA NO ESPAÇO EDUCACIONAL

Francisca Cibele da Silva Gomes²³

O presente artigo tem como objeto de estudo a abordagem de gênero na educação brasileira discorrida em interpretações teóricas no mundo acadêmico, tendo como objetivo geral analisar os perfis abordados pelos autores acerca da relevância do trabalho educativo sobre os gêneros nas escolas. Como objetivos específicos têm-se intento em discutir a análise dos gêneros na educação e nos espaços escolares concebido historicamente, compreender a formação educativa feministas para a educação formal e informal e discorrer sobre as abordagens teóricas acerca da importância sociopolítica da abordagem dos gêneros e as políticas educacionais nesse campo para a formação de uma sociedade menos preconceituosa e machista. Justifica-se pela necessidade eminente em debater as questões que envolve gêneros nos múltiplos e diversos âmbitos da sociedade especialmente nas escolas, pois corrobora com a formação humana democrática que persevera por um espaço igualitário e educativo para todos os seus integrantes. Tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa de bases teóricas fundadas em autores como: Hooks (2017; 2018; 2019), Junqueira (2019), Castro et al. (2020). Pois, percebe-se que essa questão pouco ressaltada e debatida nos âmbitos educacionais potencializa a disseminação de uma cultura racial segregacionista e preconceituosa em relação aos papéis historicamente delimitados pelo patriarcado. Assim como, a difusão de estereótipos que deturpa as interpretações feministas e igualitárias difundidas pelos movimentos femininos em sua busca pela democracia educacional e a liberdade nos espaços sociais, políticos, culturais e econômicos.

Palavras-chaves: Educação. Feminismo. Igualdade.

²³ Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Discente no Curso de Pedagogia da UFPI. E-mail: cs6445758@gmail.com.



ANTIRRACISMO NA ESCOLA

Jailanne Maria da Costa de Almeida²⁴

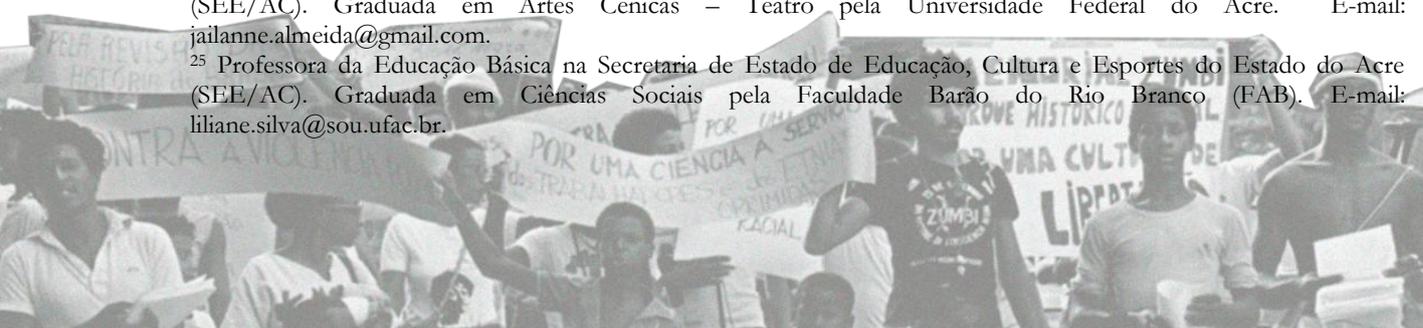
Liliane Bezerra da Silva²⁵

O projeto teve como objetivo principal aprofundar a identidade pessoal dos estudantes e suas raízes afro-brasileiras e indígenas por meio de reflexão sobre o local no qual nos identificamos. Tal projeto foi desenvolvido com alunos do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual em tempo Integral José Ribamar Batista Rio Branco – Acre, em parceria com Neabi/Ufac, no período entre agosto e dezembro de 2021. As aulas foram executadas de forma interdisciplinar dentre Arte, Sociologia, Projeto de vida e Pós-médio; os estudantes começaram a mergulhar no estudo do livro “Pequeno Manual Antirracista”, da autora Djamila Ribeiro, para trabalharmos em conformidade com a Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, tendo em vista que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Com base nas aulas teóricas, os estudantes buscaram conhecer a história da escola, bem como de locais culturais aos redores da intensa Baixada do Sol. Como resultado, obtivemos um site contando a história desses locais, *cards* elaborados pelos alunos sobre a temática desenvolvida e postado nas redes oficiais da escola e, como fechamento do projeto, desenvolvemos oficinas em alusão ao 20 de novembro. As oficinas apresentadas foram constituídas em dois momentos, um período abordando o contexto histórico e logo depois a prática com as temáticas: Capoeira, Samba, Bonecas Abayomis, Turbantes e Hip-hop/Slam, com o apoio da equipe de professores de humanas e Arte. Aborda como base teórica do projeto: Ribeiro (2019), Gomes (2017), Almeida (2021), Adichie (2019) entre outros.

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Racismo.

²⁴ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduada em Artes Cênicas – Teatro pela Universidade Federal do Acre. E-mail: jailanne.almeida@gmail.com.

²⁵ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade Barão do Rio Branco (FAB). E-mail: liliane.silva@sou.ufac.br.



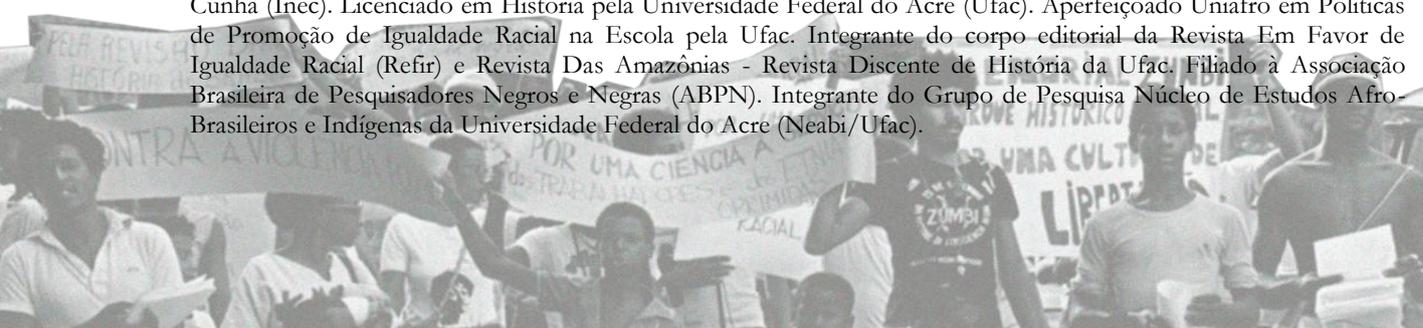
A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ATRAVÉS DA REVISTA EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL

Jardel Silva França²⁶

O presente trabalho tem por objetivo central compartilhar a experiência vivida durante os anos de 2020 a 2022, como membro da equipe editorial da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). Propomos o presente texto tomando como referenciais França e Carvalho (2020), Gomes (2017), Gonçalves e Silva (2000), Collins (2019), a fim de pensarmos sobre o papel dos discentes na construção do presente periódico, não apenas sob a ótica da autoria, mas também a partir da perspectiva editorial e da construção de uma educação antirracista que se expressam nos textos e no acompanhamento técnico sobre eles realizado. Pensando nisso, a metodologia parte de nossas observações e atuação na equipe editorial e o texto se organiza em uma breve introdução, dialogando sobre as características da revista, abordando sua divisão interna e funcionamento, para, então, adentrar nas reflexões tangentes ao papel discente no corpo editorial. Por fim, trazemos a conexão dessa com as edições produzidas nos anos em comento.

Palavras-chave: Refir. Editor técnico. Educação antirracista.

²⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Educação Superior Euclides da Cunha (Inec). Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Aperfeiçoado Uniafro em Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola pela Ufac. Integrante do corpo editorial da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir) e Revista Das Amazônias - Revista Discente de História da Ufac. Filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN). Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).



ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO MOCINHA MAGALHÃES

Jonas Carrilha de Oliveira²⁷
Ló-Ruama Íllary Freires Pereira²⁸
Maria Salete Peixoto Gonçalves²⁹

O presente trabalho trata de uma proposta que visa trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, onde adolescentes do sexo feminino estão em cumprimento de medidas socioeducativas. Isso será desenvolvido como parte do projeto “A Decolonização no olhar de meninas adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães”, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Salete Peixoto Gonçalves. Este projeto foi aprovado pelo Edital N°020/2022 - Ações Regionais de Extensão Universitária Ufac/Capes. Para sua execução, contou-se com autorização do presidente do Instituto Socioeducativo do Acre. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% da população brasileira é negra. Apesar disso, o Brasil é um país estruturalmente racista, onde a desigualdade ainda é uma realidade. Sendo assim, a EREER se faz cada vez mais importante para desconstruir pensamentos discriminatórios e coloniais que se tem a respeito das pessoas pretas, pardas e indígenas. O objetivo é que as adolescentes possam criar um sentimento de pertencimento, reafirmando suas características e ancestralidade. Visa-se, através disso, que obtenham conhecimentos onde possam valorizar ainda mais a cultura indígena, africana e afro-brasileira, bem como suas características pessoais – visto que o Brasil é, sobretudo, constituído por uma população miscigenada. A metodologia utilizada será quantitativa-qualitativa. De acordo com Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau (2010), o mito da democracia racial é uma realidade e precisa ser urgentemente desconstruído, adotando estratégias pedagógicas de valorização da diferença para reforçar a luta antirracista. Por esta razão, Wilma de Nazaré Baía Coelho, Josimere Ferrão Gonçalves e Maria Angélica de Lima Belúcio (2011) defendem ser indispensável discutir e problematizar as questões étnico-raciais para superar estereótipos e preconceitos que acentuam a desigualdade. Assim que possível, a proposta será efetivada e seus resultados serão expostos em uma produção científica.

Palavras-chave: Centro Socioeducativo. Relação Étnico-Racial. Racismo.

²⁷ Discente no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: jonascarrilha18@gmail.com

²⁸ Discente no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: pereiraloruama@gmail.com

²⁹ Professora Adjunta na Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: maria.goncalves@ufac.br



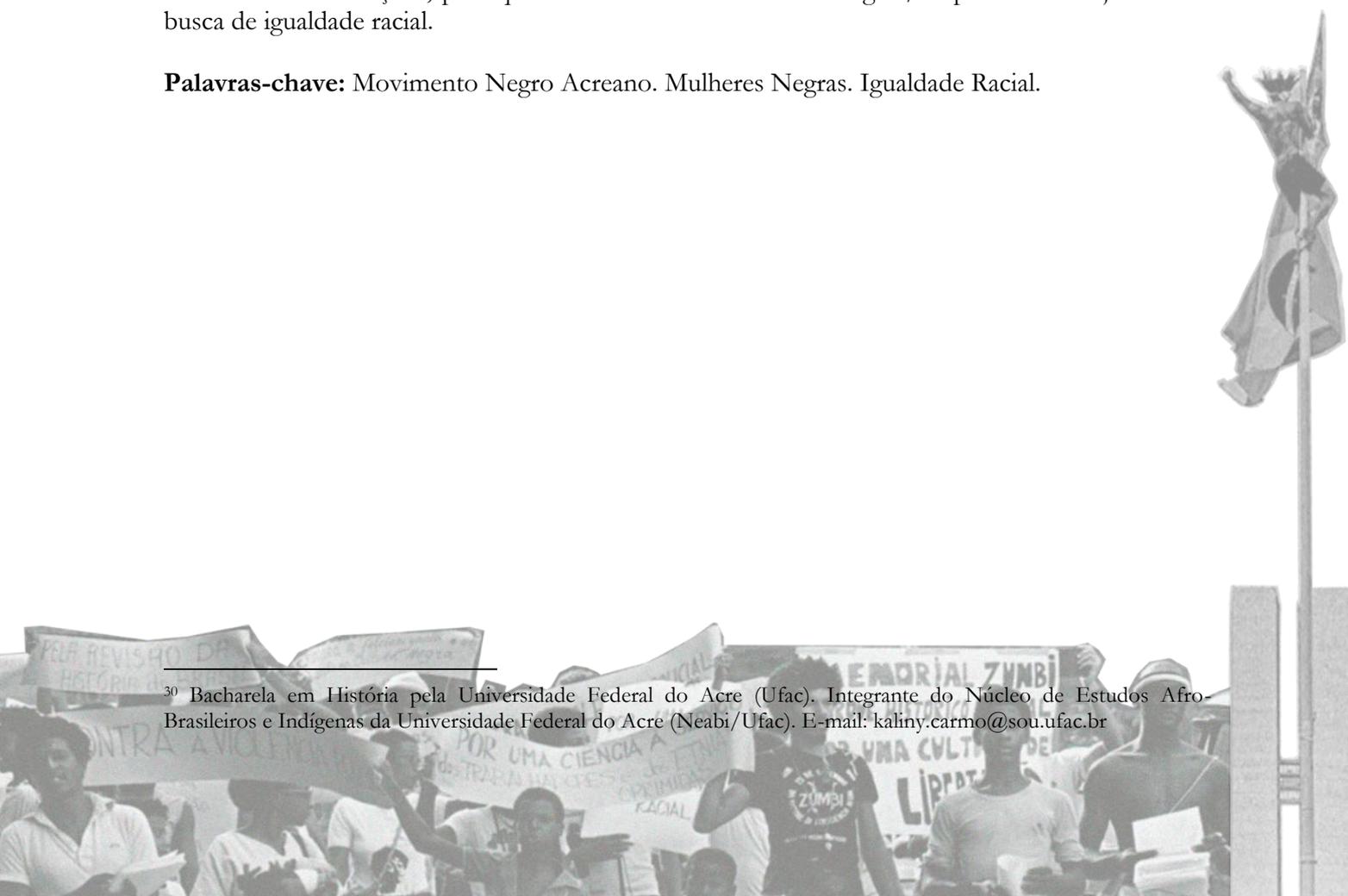
MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: ATUAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO NEGRO ACREANO

Kaliny Custodio do Carmo³⁰

O Movimento Negro Acreano, bem como outros movimentos sociais, possui muitos sujeitos e sujeitas, tornando-o plural. Dentre estes/as indivíduos/as, estão as mulheres negras, atuando de diversas formas. Esta pesquisa teve por finalidade mostrar a atuação das mulheres negras dentro do Movimento Negro acreano, especificamente da cidade de Rio Branco, além de identificar os desafios os quais elas enfrentam ou enfrentaram no decorrer de suas trajetórias. Para cumprir o que é proposto, este trabalho apoiou-se nas contribuições de Souza (2021), afirmando que o ato de descobrir-se negra vai além da comprovação do óbvio; Gomes (2017), na perspectiva do Movimento Negro brasileiro como um ator político capaz de dar visibilidade e representatividade aos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da sociedade e de Silva e Barbosa (1997), que aborda o movimento negro como agente que interfere nos processos pedagógicos e políticos escolares. A metodologia utilizada foi o estudo de referenciais bibliográficos, além da abordagem qualitativa, através de questionários on-lines, tendo como critério de seleção mulheres negras acreanas que fazem parte do Movimento Negro do estado. Com a pesquisa, foi possível constatar que, das 08 mulheres entrevistadas, o nome de 07 constam na criação de instituições/organizações que promovem um Movimento Negro educador, sendo elas: Associação de Mulheres Negras do Acre, Fórum Permanente de Educação das Relações Étnico-Raciais do Acre, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre, Conselhos Municipal e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Acre e Pastoral do Negro. Apesar da atuação em todas estas instituições/organizações citadas, estas mulheres ainda sofrem com o machismo dentro do próprio movimento, portanto, é necessário conscientizar acerca das questões de gênero nestes espaços, pois, infelizmente, o machismo ainda é estrutural nas relações, para que assim homens e mulheres negras/os possam lutar juntos em busca de igualdade racial.

Palavras-chave: Movimento Negro Acreano. Mulheres Negras. Igualdade Racial.

³⁰ Bacharela em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: kaliny.carmo@sou.ufac.br



A LEI N.º 11.645/2008 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE: O CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAS

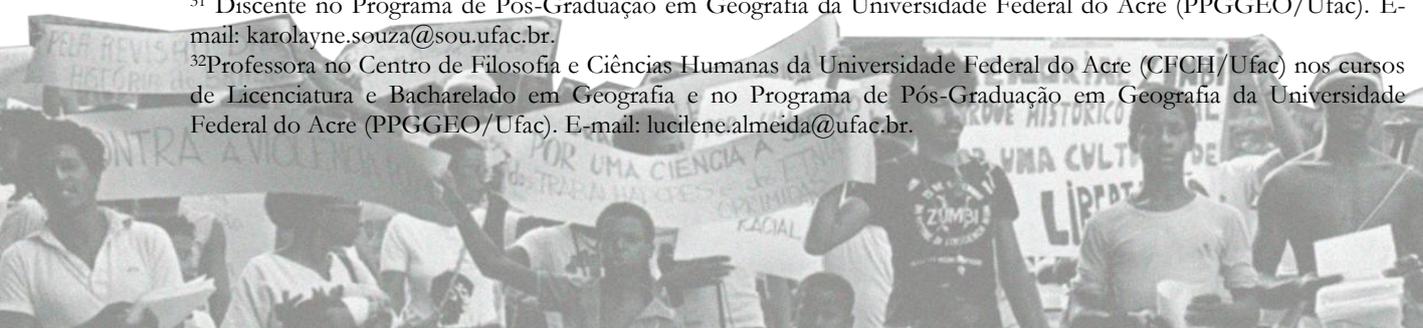
Karolayne Almeida de Souza³¹
Lucilene Ferreira de Almeida³²

A Lei nº 11.645/2008 versa sobre o ensino da temática étnico-racial na Educação Básica, mas se faz necessário também pensar em como a formação de professores tem se articulado no intuito de promover um ensino que prepare o futuro professor para trabalhar com as questões étnico-raciais. Nessa proposta, as questões postas irão ter como central a formação do professor de Geografia, que atuará nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, da Educação Básica. O objetivo da pesquisa, em desenvolvimento, é investigar as ações realizadas no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac) em relação às questões étnico-raciais para o ensino, a respeito da história e cultura afro-brasileira e indígena, com o foco em analisar as contribuições desse curso de formação de professores para a implementação da Lei n.º 11.645/2008 na Educação Básica, através da formação de docentes e suas atuações nos contextos escolares. Para isso, a metodologia parte de levantamentos de informações e dados em setores da Ufac, sobre projetos e ações desenvolvidas no contexto universitário, que envolva as questões étnico-raciais, num sentido mais geral da pesquisa, e afunila para uma análise mais pormenorizada, a partir do Projeto Político Curricular do curso de Licenciatura em Geografia, para levantamento das disciplinas que tensionam o debate acerca da questão étnico-racial, análise dos planos de curso das respectivas disciplinas, a fim de identificação das especificidades que estas apresentam acerca da questão étnico-racial, e a realização de entrevistas com os professores responsáveis por essas disciplinas, com o objetivo de um maior detalhamento sobre as práticas desenvolvidas nessas disciplinas. Essa pesquisa envolve a contribuição de autores como: Gomes (2012, 2017, 2021), Quijano (2005), Dubet (2004), Munanga (2015), Bourdieu e Passeron (1992), Silva (2007), Seyferth (2002), Oliveira e Candau (2010).

Palavras-chave: Lei N° 11.645/2008. Formação de Professores. Geografia.

³¹ Discente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre (PPGGEO/Ufac). E-mail: karolayne.souza@sou.ufac.br.

³² Professora no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac) nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre (PPGGEO/Ufac). E-mail: lucilene.almeida@ufac.br.



PLANTÕES PSICOSSOCIAIS E OUVIDORIA NEABI/UFAC: AÇÕES POSSÍVEIS NA PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL

Liliana Piedade de Oliveira³³

Raiele Souza Moura³⁴

Paloma Garcia Melo³⁵

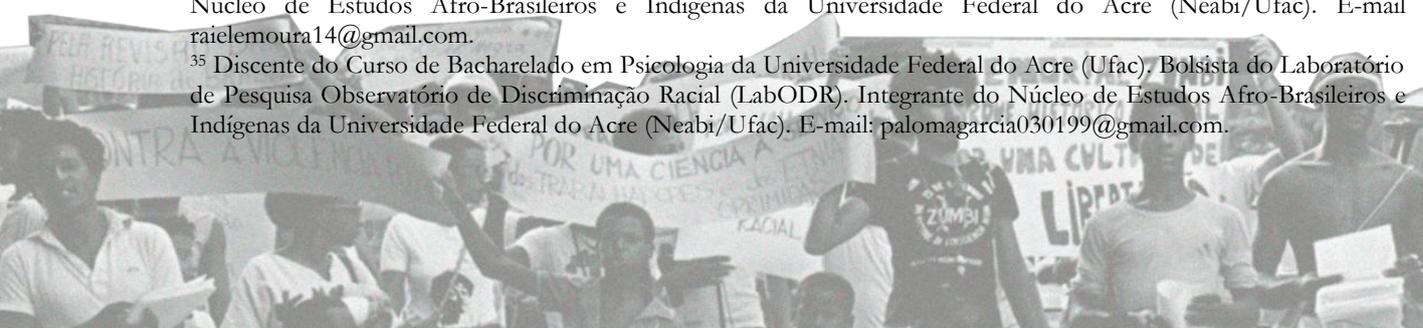
Experiências discriminatórias têm efeito direto na percepção do pertencimento identitário de indivíduos e podem acarretar sofrimento. Por essa razão, é necessário um olhar racializado sobre as práticas profissionais, que proporcione representatividade e a promoção de igualdade racial. Assim, esse trabalho aborda sobre o atendimento psicossocial desenvolvido no Serviço Escola de Psicologia na Universidade Federal do Acre (Serpsi/Ufac) e sua parceria com a Ouvidoria do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac). O atendimento é destinado à população negra, onde o objetivo foi dar o encaminhamento e suporte necessário para vítimas de discriminação em função da raça ou cor de pele. A metodologia consiste no oferecimento de plantões onde os horários são divulgados e as pessoas que desejam atendimento se direcionam ao Serpsi sem necessidade de agendamento ou comunicação anterior. Nesse sentido, também é possível realizar os atendimentos por meio de encaminhamentos de outras instituições e cabe aqui citar a parceria com a Ouvidoria do Neabi/ Ufac, que atua como um órgão auxiliar do Núcleo e desenvolve suas ações especialmente ligadas aos crimes de racismo e discriminação racial (NEABI, 2019). A dificuldade no recebimento de demandas, apesar da divulgação, evidencia que os espaços e ações na universidade para promoção de igualdade racial, ainda são invisibilizados na instituição e minimiza o diálogo dos serviços com as pessoas (ALMEIDA, 2019; KALCKMANN, SUZANA et al., 2007). Ressalta-se a importância de uma rede que operacionalize em prol de denúncias, acompanhamento e encaminhamento em casos de racismo e discriminação racial e que seja de fato efetiva na universidade.

Palavras-chave: Racismo. Relações raciais. Antirracismo. Igualdade racial.

³³ Discente no Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: oliveiralilianna@gmail.com.

³⁴ Discente no Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista no Laboratório de Pesquisa Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre (LabODR/Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail raielemoura14@gmail.com.

³⁵ Discente do Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista do Laboratório de Pesquisa Observatório de Discriminação Racial (LabODR). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: palomagarcia030199@gmail.com.



LEI 12711/2012 NA UFAC: REFLEXÃO SOBRE COTAS NOS CURSOS DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE ANTES DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Lucas Nascimento Assef de Carvalho³⁶

Esta pesquisa tem como foco apresentar as reflexões e os impactos das políticas de ações afirmativas étnico-raciais entre 2012 e 2020 na Universidade Federal do Acre (Ufac), com ênfase nos cursos de graduação devidamente lotados no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), através dos resultados obtidos durante o projeto de Iniciação Científica (IC) Pibic/Pivic, orientado pela professora Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque. Inicialmente, tinha-se a intenção de, por meio da produção científica dos alunos cotistas, referindo-se as cotas para negros, pardos e indígenas, elaborar uma listagem de dados para atender as exigências de acompanhamento e avaliação estipulados no art. 6º da Lei 12711/2016, mas devido à pandemia do novo corona-vírus, o foco da pesquisa direcionou-se para as informações quantitativas relacionadas à situação de matrícula dos graduandos. O referente projeto então teve como objetivo geral não apenas conhecer os impactos das políticas de ações afirmativas étnico-raciais, mas também apresentar os dados coletados durante a pesquisa em atividades acadêmicas. Enquanto em especificidade, partimos da identificação de modo quantitativo e qualitativo dos cotistas que ingressaram nos cursos de graduação da instituição de ensino superior. Já os referências teóricos partem de Almeida (2019), Duarte (2011), Ferreira (2002), Munanga (2015) e Silva, Borba (2018). A metodologia de trabalho ocorreu de forma interdisciplinar e quantitativa, através do mapeamento dos dados relativos aos cotistas quanto ao ingresso, permanência, conclusão, e demais situações, sendo as respectivas informações fornecidas de maneira colaborativa pelo Núcleo de Registro Acadêmico (NURCA). No presente momento, a pesquisa encontra-se encerrada, tendo como resultados, apresentações em eventos acadêmicos, internos e externos, bem como a produção de material para futuros artigos e resenhas. Este projeto de IC foi original e de grande valia para a construção do conhecimento científico do próprio discente do curso de História, que é o respectivo pesquisador.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas. Étnico-Racial. Ciências Humanas.

³⁶ Discente no Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Técnico em Segurança do Trabalho pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: lucas.assef@sou.ufac.br.



DEBATES NECESSÁRIOS SOBRE A LEI 10.639 E 11.645: COMPREENDO A CULTURA AFRO E INDÍGENA NA FORMAÇÃO DO BRASIL NO ENSINO MÉDIO EBTT DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFAC

Luciney Araújo Leitão³⁷
Camila Pontes Ferreira³⁸
Ana Evelyn Andrade Martins³⁹

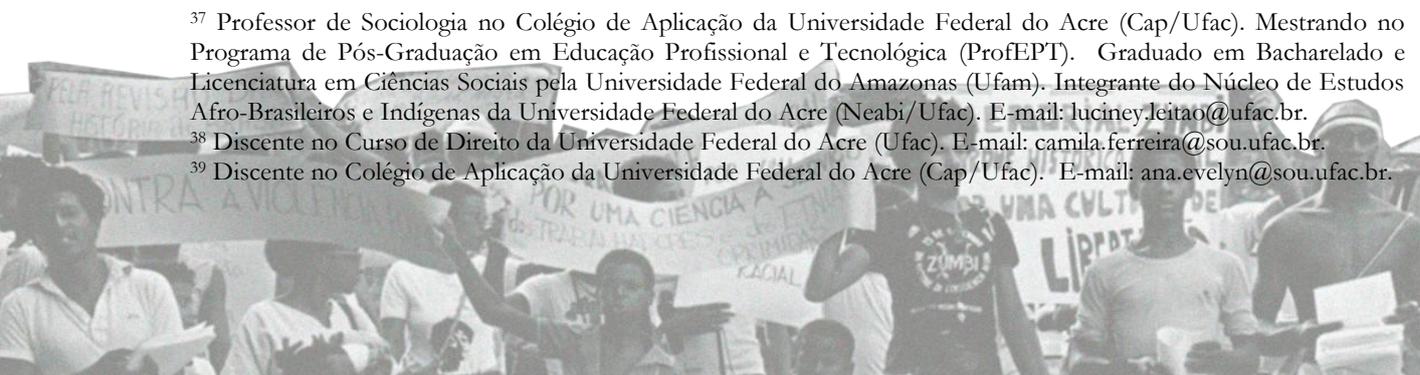
A formação da identidade nacional é tema na disciplina de Sociologia com as turmas da Segunda Série EBTT do CAP/Ufac. Compreender a brasilidade, no âmbito étnico, cultural e a dinâmica das relações entre os povos que construíram o Brasil, segundo Roberto da Matta (1989), é um exercício contínuo de desconstrução da visão eurocêntrica instaurada no país de que a identidade sociocultural brasileira é instituída apenas por elementos oriundos da cultura europeia, fato que leva ao apagamento dos traços culturais indígenas e afros da sociedade. Nessa seara, o Projeto de Ensino *A Formação da Identidade Nacional: Debates Necessários Sobre a Lei 10.639 e 11.645*, desenvolvido em parceria com o Neabi/Ufac, teve como foco central os principais reflexos da miscigenação apresentadas nas obras de Gilberto Freyre (1954) e Sérgio Buarque de Holanda (1995), que ocultaram, em um primeiro momento, as heranças culturais afro e indígenas no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a desconstrução da mítica de que o Estado brasileiro é caracterizado pelo colonialismo escravocrata e pelas regras da coroa Portuguesa, assim como a sua influência na formação de um Estado que oculta aspectos indígenas e afros também foi objetivado ao longo de todo o projeto. Dessa maneira, o mesmo buscou apresentar a forma que se configura o papel do indígena e do negro ao longo de história oficial do país e como o modelo de colonização levou o processo de escravização ao estigma social, bem como a exclusão do acesso à riqueza produzida no país. Dessarte, o projeto de ensino propôs debates interdisciplinares, em formato de rodas de conversas com temáticas voltadas a compreensão de um Brasil a partir de suas múltiplas identidades culturais e da implementação e fortalecimento das leis 10.639 e 11.645, além de apresentar o olhar sobre os povos indígenas e afro-brasileira, através de vivências cotidianas da comunidade escolar.

Palavras-chaves: Colégio de Aplicação. Lei 10.639/2003. Lei 11.645/2008. Projeto de Ensino.

³⁷ Professor de Sociologia no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (Cap/Ufac). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Graduado em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: luciney.leitao@ufac.br.

³⁸ Discente no Curso de Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: camila.ferreira@sou.ufac.br.

³⁹ Discente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (Cap/Ufac). E-mail: ana.evelyn@sou.ufac.br.



PUBLICAÇÕES COMO AÇÕES AFIRMATIVAS NO NEABI/UFAC: UMA PRODUÇÃO EMANCIPATÓRIA E ANTIRRACISTA DE CONHECIMENTOS

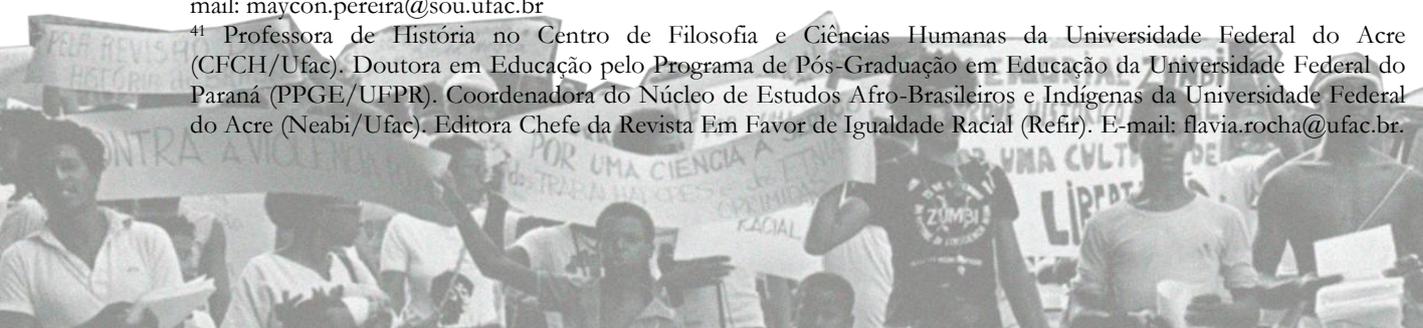
Maycon David de Souza Pereira⁴⁰
Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁴¹

O *Movimento Negro Educador* segue produzindo saberes outros que emancipam e articulam estudos acerca das questões étnico-raciais no Brasil (GOMES, 2017). Seguindo esta concepção, objetivamos apresentar as ações desenvolvidas por meio da Coordenadoria de Publicações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), para uma produção de conhecimento emancipatório e antirracista. Compreendendo a perspectiva teórica das Ações Afirmativas, que envolvem alternativas de inclusão social e distribuição de poder, objetivando acelerar o processo de reparação das desigualdades sofridas por parte de grupos socialmente vulneráveis (PIOVESAN, 2005; SILVA, MARÇAL E TRIGO, 2019). Dessa forma, as ações desenvolvidas nesta coordenadoria fazem parte de uma política que promove acesso e igualdade de acesso à publicação de trabalhos científicos relacionados à temática étnico-racial para pessoas negras e indígenas, desde a graduação à maior instância acadêmica. Para isto, foi desenvolvido uma pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2017) em documentos primários, escritos e/ou oficiais, bem como as publicações realizadas por esta coordenadoria, como fonte de coleta de dados. Assim, a Coordenadoria de Publicações tem desenvolvido trabalhos em torno do periódico científico “Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir)”, como 136 produções publicadas, bem como a publicação da “Coletânea Uniafro: Práticas Pedagógicas em Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica”, além do livro “Racismos e Antirracismos nas Infâncias” (no prelo). Assim, contribuindo para a discussão acerca das temáticas étnico-raciais, promovendo reflexões acerca da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, bem como a Educação das Relações Étnico-Raciais, o Antirracismo e em torno das temáticas que contemplam as diversidades dos povos indígenas, proporcionando espaços em que estes saberes sejam validados cientificamente e publicizados para contribuir na construção de uma ciência diversa e não eurocentrada.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Antirracismo. Movimento Negro Educador. Neabi. Publicações.

⁴⁰ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (PPGEdu/UFMS/CPTL). Discente no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista e Coordenador de Publicações no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editor Gerente da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: maycon.pereira@sou.ufac.br

⁴¹ Professora de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br.



O POETA DO POVO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO FORMAL

Michelly Conceição Cardoso⁴²

O presente trabalho tem como proposta construir caminhos a partir da literatura brasileira que fortaleçam práticas pedagógicas que executem de fato a Lei 10.639/2003 no campo escolar. Para isso, teceremos reflexões através da escrita de Solano Trindade, um autor que produziu em suas obras a atuação afro-brasileira, seja na religiosidade ou na cultura desse país. Ou seja, a presente pesquisa se propõe construir caminhos para apresentar, a partir da literatura afro-brasileira, um ensino que apresente a partir do campo literário a multiplicidade cultural e religiosa do povo afro-brasileiro, para, assim, construir uma sociedade plural e antirracista. A pesquisa utiliza a metodologia de cunho bibliográfico, pois tem o objetivo de recorrer a outros autores para estruturar a sua proposta. Contamos como aporte teórico, Silvio Almeida (2018), Djamila Ribeiro (2019), Bell Hooks (2013), Vera Candau (2008). O presente trabalho se constrói como objetivo de apresentar a importância dos escritos de Solano Trindade para a construção de conhecimentos mais amplos em torno da atuação do povo afro-brasileiro e africano para construção desse país, com o propósito de quebrar preconceitos e discriminações.

Palavras-chave: Francisco Solano. Literatura Afro-brasileira. Educação Antirracista.

⁴² Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazonia (UFRA). Mestranda em Cidades, Territórios e Identidades na Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (Fapespa). E-mail: michellyc916@gmail.com.



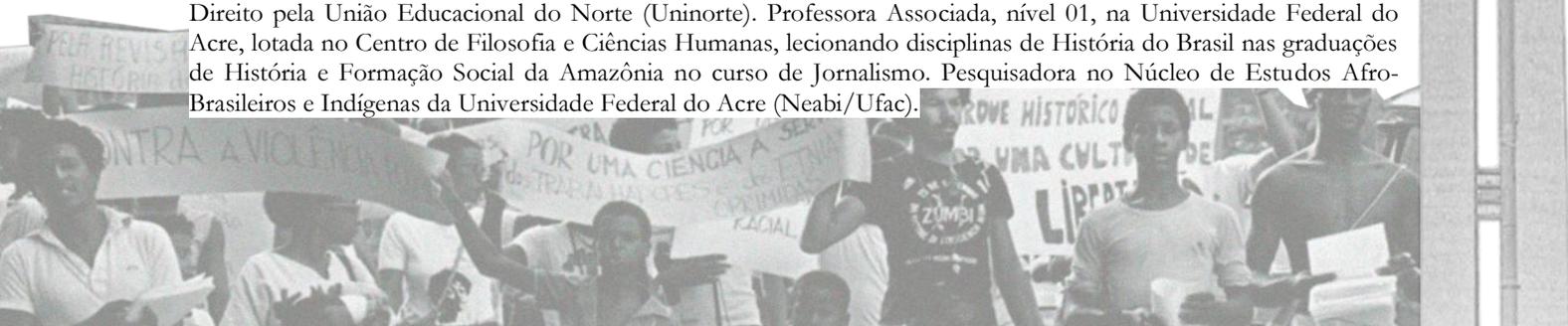
1ª EDIÇÃO TEMÁTICA DO CLUBE DE LEITURA CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E CULTURA (CLCHEC): DEBATES SOBRE BRANQUITUDE E GÊNERO ENQUANTO ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO RACISMO

Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque⁴³

A presente comunicação versa sobre o projeto piloto do Clube de Leitura Ciências Humanas, Educação e Cultura (CLCHEC), cuja primeira edição está transcorrendo entre julho e novembro do ano em curso, tendo como temática os diálogos a respeito da branquitude e gênero feminino, aportados nas obras de Bento (2021), Carneiro (2018), Devulsky (2021), hooks (2017), Muller e Cardoso (2017) e Saad (2020). O objeto do presente material é historiar a propositura de ação, a forma de trabalho da primeira versão do CLCHEC, resultados parciais, além de expor reflexões sobre os debates propostos nesta etapa e seus potenciais produtos, enquanto estratégias de combate ao racismo. De tal modo, a metodologia aborda a construção, desenvolvimento e desfechos do referido, visando corroborar a segunda rodada temática do CLCHEC. Os resultados obtidos foram a produção da presente comunicação, redação de resenha a ser publicada no volume de novembro de 2022 da Revista em Favor da Igualdade Racial (Refir), artigo (em desenvolvimento) e elaboração de futuro projeto de extensão relativa à vindoura montagem da ação.

Palavras-chave: Branquitude. Antirracismo. Clube de Leitura.

⁴³ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Bacharel em Direito pela União Educacional do Norte (Uninorte). Professora Associada, nível 01, na Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, lecionando disciplinas de História do Brasil nas graduações de História e Formação Social da Amazônia no curso de Jornalismo. Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).



AFRO-VIVÊNCIA NA POESIA

Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque⁴⁴

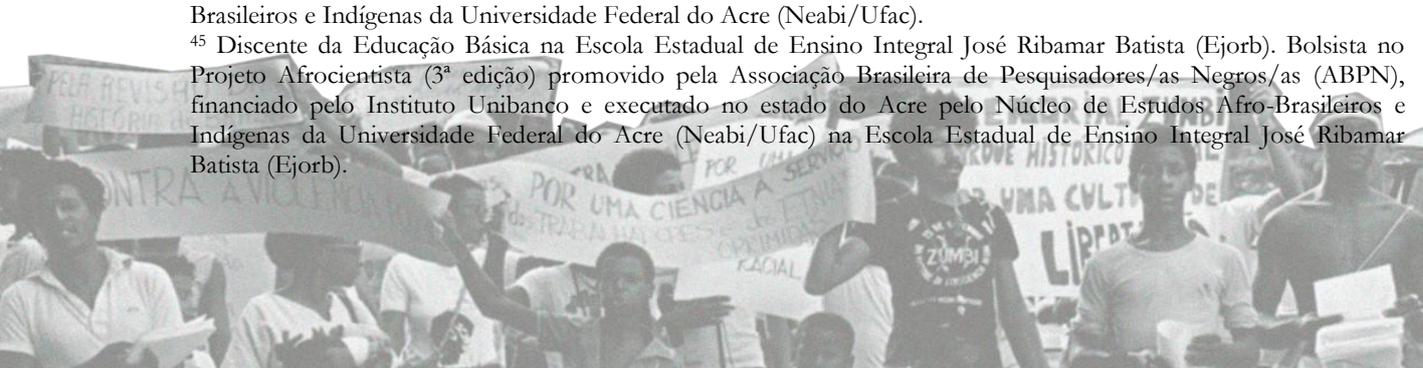
Sara Ketlen Albuquerque da Silva⁴⁵

O presente trabalho tem como objetivo abordar as questões étnico-raciais através de exposição de poesias autorais, possibilitando reflexões acerca dos enfrentamentos e problemáticas que o racismo, preconceito e discriminação causam no âmbito escolar e acadêmico, nesse sentido, o intuito foi causar um impacto positivo por meio das expressões artísticas, especificamente a poesia que foi escrita pela aluna bolsista do programa Afrocientista edição de 2022. Essa proposta se justifica pela afinidade que a aluna possuiu com questões relacionadas à produção mais artística e cultural, de modo que as oficinas, rodas de conversas, afrocines e demais atividades despertaram maior interesse convergindo para a produção da atividade, sendo o mural poético. Desse modo, as poesias estão coadunando com o conceito de “escrevivência” cunhado pela estudiosa, pesquisadora e escritora negra Conceição Evaristo, cujo foco é transmitir sensações e experiências por meio da escrita. A metodologia pensada para a proposição desse trabalho foi de cunho bibliográfico, pois, houve leituras para aporte teórico que auxiliaram na escrita, após essa etapa inicial, os poemas produzidos foram expostos em um mural na Escola José Ribamar Batista (Ejorb) e apresentados. Para além disso também houve postagem nas redes sociais, haja vista o engajamento que tais espaços propiciam aos debates acadêmicos e discussões no que concernem aos estudos étnico-raciais. Diante do exposto, os referências teóricos elencados foram: Carneiro (2019), Evaristo (2020); hooks (2017), Kilomba (2019), Ribeiro (2019), entre outros. Por fim, o trabalho culmina em apresentação final no *II Seminário Afrocientista*, pois, considera-se as práticas artísticas um importante mecanismo de decolonizar os espaços escolares e acadêmicos.

Palavras-chave: Mural Poético; Afrocientista; Escrevivência; Afro-vivência.

⁴⁴ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Bacharel em Direito pela União Educacional do Norte (Uninorte). Professora Associada, nível 01, na Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, lecionando disciplinas de História do Brasil nas graduações de História e Formação Social da Amazônia no curso de Jornalismo. Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

⁴⁵ Discente da Educação Básica na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejorb). Bolsista no Projeto Afrocientista (3ª edição) promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), financiado pelo Instituto Unibanco e executado no estado do Acre pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejorb).



NEABI/UFAC: CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UM ACERVO DE MATERIAIS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL COMO UMA IMPORTANTE FERRAMENTA NA LUTA ANTIRRACISTA

Paulo Cesar Alves Contreiras Júnior⁴⁶
 Beatriz Domingos da Silva⁴⁷
 Karolyne Marques da Silva⁴⁸
 Kaliny Custódio do Carmo⁴⁹
 Danilo Rodrigues do Nascimento⁵⁰

É perceptível a escassez e baixa oferta de materiais que dialogam sobre a temática étnico-racial em bibliotecas. Por isso, é necessário um ambiente voltado para estudos e pesquisas sobre as questões afro-brasileiras e indígenas, espaços com acervos para consultas e busca de informações. O presente texto trata do trabalho de organização do campo destinado a biblioteca do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), onde constam várias obras que dialogam sobre temáticas referentes à questão negra, indígena, educacional e formação de professores, principalmente com um olhar voltado às práticas para educação das relações étnico-raciais. Nesse sentido, o trabalho apresentado, busca dar visibilidade para uma organização do banco de dados referente às obras existentes nesse espaço. O acervo tem objetivo de compartilhar conhecimento sobre questões já supracitadas, com pesquisadores, docentes, discentes e comunidade que tenham interesse e necessidade. Para isto, utilizou-se contribuições de Gomes (2012), sobre a necessidade de educar para relações étnico raciais, e Gates (1972), acerca da organização de materiais em bibliotecas. A metodologia utilizada para a organização do banco de dados foi classificação das obras de acordo com assunto, organizando, alfabeticamente, sobrenome do autor e nome, nome da obra, data de publicação e editora, baseado nas fichas catalográficas. Realizando cadastro no Excel para registrar existência dessas obras no banco de dados, contendo número de identificação disponível no Excel e obra física, tornando mais eficiente a busca. Acredita-se que, partindo dessa ação, foi possível fortalecer lutas e ações que auxiliam e contribuem no aprendizado ligado às questões étnico raciais. O presente trabalho teve como objetivo mostrar a importância de uma biblioteca universitária que seja inclusiva, que mostre trabalhos de autores negros e indígenas, que mostre a importância de um trabalho decolonial e menos eugenista.

Palavras-chave: Acervo. Educação das Relações Étnico-Raciais. Organização. Promoção de Igualdade Racial.

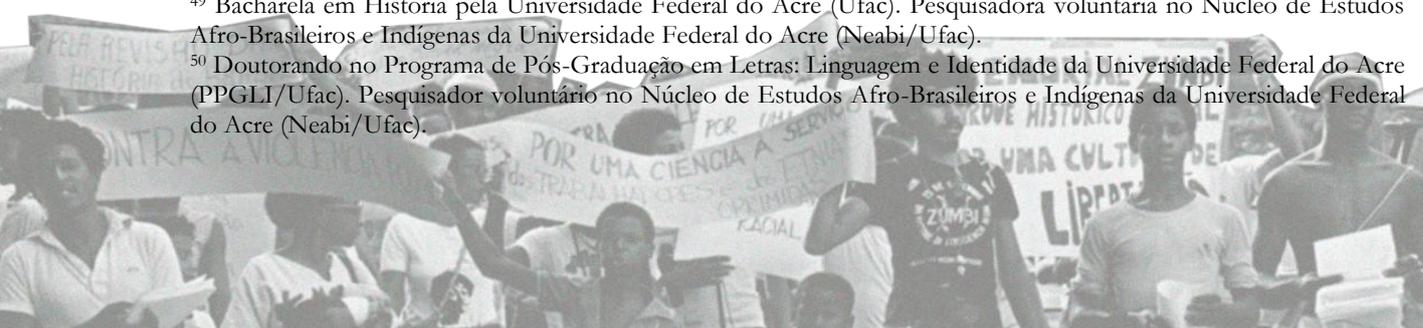
⁴⁶ Bacharel em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário Uninorte. Discente no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisador bolsista no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

⁴⁷ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac). Pesquisadora voluntária no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

⁴⁸ Discente no Curso de Psicologia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisadora voluntária no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

⁴⁹ Bacharela em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisadora voluntária no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

⁵⁰ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Pesquisador voluntário no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).



A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NOS LIVROS DA ESTANTE DIGITAL DO PROGRAMA “LEIA PARA UMA CRIANÇA” - ITAÚ SOCIAL

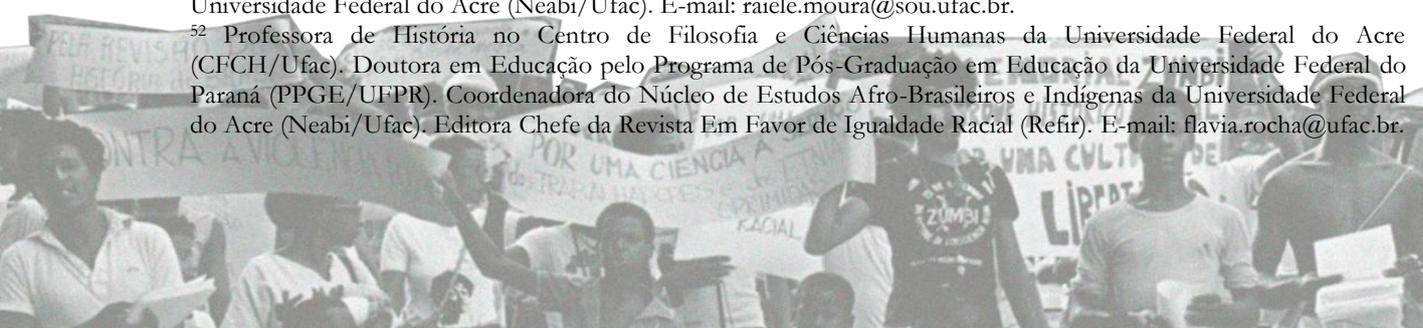
Raiele Souza Moura⁵¹
Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁵²

O presente trabalho busca apresentar os livros disponíveis na Estante Digital do Programa “Leia para uma Criança”, vinculado ao Itaú Social, no qual oferta gratuitamente exemplares físicos e digitais para incentivar a leitura desde a primeira infância. A importância desse estudo reside na divulgação das obras que tratam sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, em conformidade com a Lei 10.639/2003 e possibilitam abordagens antirracistas através da literatura infantil. Objetiva-se analisar 02 livros que possuem a promoção da igualdade racial: “As bonecas da vó Maria” (DUARTE, 2019) e “A descoberta do Adriel” (DUARTE, 2020), os quais contribuem para o combate ao racismo em suas dimensões individualizada, estrutural e institucional (ALMEIDA, 2019). O percurso metodológico adotado foi qualitativo, realizado no acervo digital do referido programa, posteriormente se realizou a análise dos conteúdos. Na base conceitual, utilizou-se as contribuições de Eliane Santana Dias Debus (2017) e Paulo Vinicius Baptista da Silva (2022). Com a finalização da pesquisa, percebeu-se a potencialidade de livros infantis para o enfrentamento a uma sociedade estruturalmente racista, em que constatou-se o protagonismo negro, bem como a valorização da ancestralidade e da identidade negra.

Palavras-chave: Programa “Leia para uma Criança”. Promoção da Igualdade Racial. Literatura Infantil.

⁵¹ Discente no curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista no Laboratório Observatório de Discriminação (Lab/ODR). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: raiele.moura@sou.ufac.br.

⁵² Professora de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br.



HISTÓRIA, CANTOS, ENCANTOS E DESENCANTOS: A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

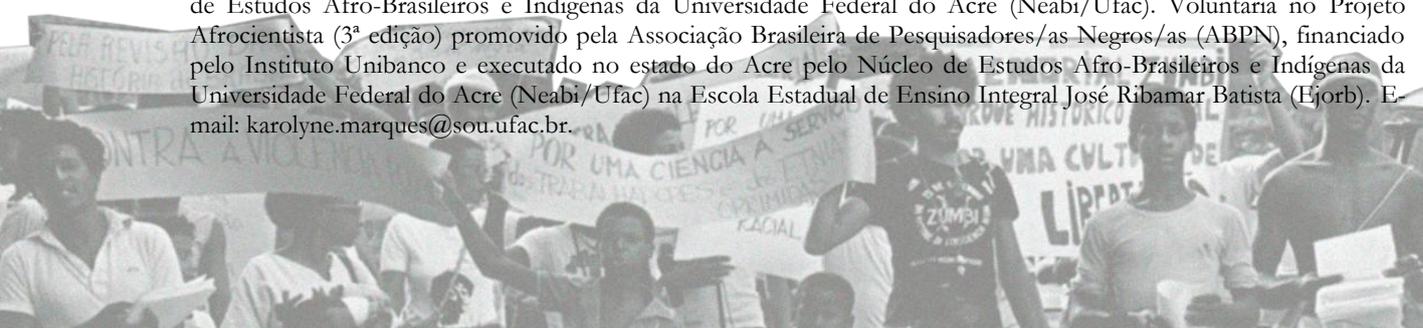
Raiele Souza Moura⁵³
Karolyne Marques da Silva⁵⁴

O presente trabalho é fruto das experiências vivenciadas durante a realização da Oficina de Saberes “História: cantos, encantos e desencantos”, realizada no mês de agosto de 2022, destinada aos estudantes do Ensino Médio da Escola José Ribamar Batista (Ejorb), localizada em Rio Branco - Acre, como parte das atividades da 2ª edição do Projeto Afrocientista. A motivação para a realização desse estudo reside no reconhecimento da potencialidade da música enquanto mecanismo para denunciar o racismo e promover a igualdade racial, dessa forma, desconstruindo visões pejorativas a respeito da população negra. Objetivou-se analisar trechos de músicas como ferramentas pedagógicas para se trabalhar a Lei 10.639/2003, entre elas: “Lavagem cerebral” de Gabriel O Pensador, “Cota não é esmola” composta por Bia Ferreira e “Pra matar preconceito”, interpretada pelo Grupo Arruda, vale enfatizar que esta última será o principal objeto de análise. A metodologia se deu através de uma aula expositiva-dialogada, na qual foram problematizados os seguintes temas: as manifestações do racismo no cotidiano, a hipersexualização e consequentemente a solidão da mulher negra, a invisibilização e importância de mulheres negras homenageadas na letra da canção, atuantes em áreas como a música, dramaturgia, literatura, esportes e resistência contra o racismo. Utilizou-se as contribuições de Messias e Amorim (2019), Almeida (2019) e Pedro (2008). Após a atividade foi possível perceber que alunos exerceram o posicionamento crítico, por meio de poesias e interpretações de outras canções, no qual questionaram as violências históricas praticadas contra a população negra, dessa forma, compreenderam que as músicas podem ser antirracistas.

Palavras-chave: Projeto Afrocientista. Lei 10.639/2003. Análises de músicas.

⁵³ Discente no curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista no Laboratório Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre (LabODR/Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Voluntária no Projeto Afrocientista (3ª edição) promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), financiado pelo Instituto Unibanco e executado no estado do Acre pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejorb). E-mail: raiele.moura@sou.ufac.br.

⁵⁴ Discente no curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Acre (UFAC). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Voluntária no Projeto Afrocientista (3ª edição) promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), financiado pelo Instituto Unibanco e executado no estado do Acre pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejorb). E-mail: karolyne.marques@sou.ufac.br.



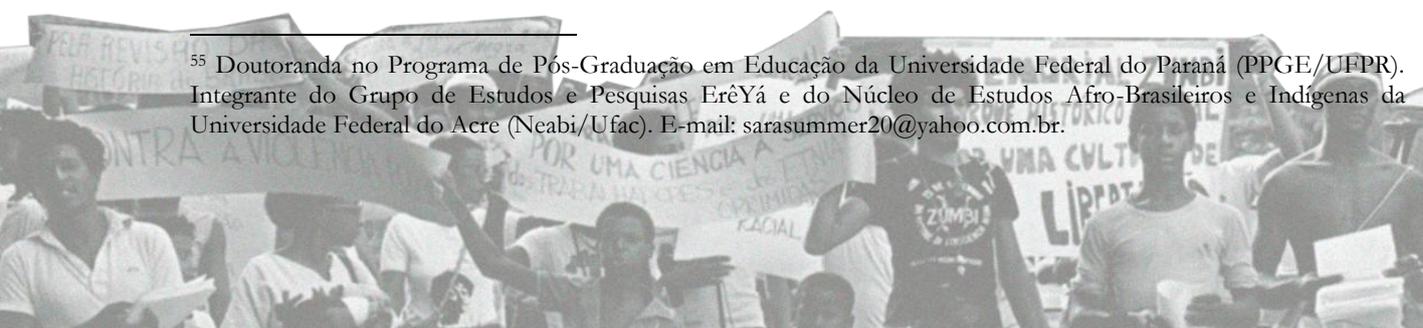
PRETA, PRETA, PRETINHA: REPRESENTAÇÕES DE MENINAS NEGRAS NA LITERATURA INFANTIL CONTEMPORÂNEA

Sara da Silva Pereira⁵⁵

O estudo é resultante de uma pesquisa bibliográfica, de análise interpretativa que teve como objetivo investigar representações de meninas negras na literatura infantil, visibilizando obras que apresentam alguma inovação na caracterização das/dos personagens. Além de justificarem-se pela necessidade de colaborar com a erradicação do racismo, estudos como este reafirmam a importância de uma literatura infantil que contemple a diversidade étnico-racial de forma positiva e traga representatividade para meninos e meninas negras, potencializando a percepção de mundo das crianças, possibilitando que elas conheçam outras crianças, semelhantes e/ou diferentes de si, com histórias e subjetividades que poderão ser reconhecidas, apreciadas e respeitadas. Assim, partindo do conceito de literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira refletimos sobre quatro títulos, produzidos após a Lei 10.639/2003 e que as protagonistas eram meninas negras: Obax (NEVES, 2010); Cada um com seu jeito, cada jeito é de um (DIAS, 2012); O caderno sem rimas da Maria (RAMOS, 2018) e Léia, a menina que tem o nome na flor (OLIVEIRA, 2020). Para analisar as obras, o seguinte referencial teórico foi utilizado: Debus (2017); Oliveira (2003); Araujo (2010); Pereira e Dias (2020), dentre outras/os. Os resultados mostram que estes livros são construídos por textos e imagens que coadunam com representações positivas das meninas negras, tanto nos textos quanto nas ilustrações, mostrando que houve inovação na caracterização dessas personagens. Ao apresentar como protagonistas meninas negras, da pele preta, pretinhas, com cabelos crespos, que possuem nome, família e participam da trama tanto quanto os demais personagens e com a mesma importância, as obras não apenas corroboram uma visão mais humanizada destas, como também mostram às crianças que existem outras formas de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Lei 10639/2003. Literatura infantil. Cultura africana. Cultura afro-brasileira. Meninas negras.

⁵⁵ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas ErêYá e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: sarasummer20@yahoo.com.br.



CONSTRUINDO AÇÕES VALORIZATIVAS EM EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÕES ANTIRRACISTAS PROMOVIDAS PELO NEABI/UFAC

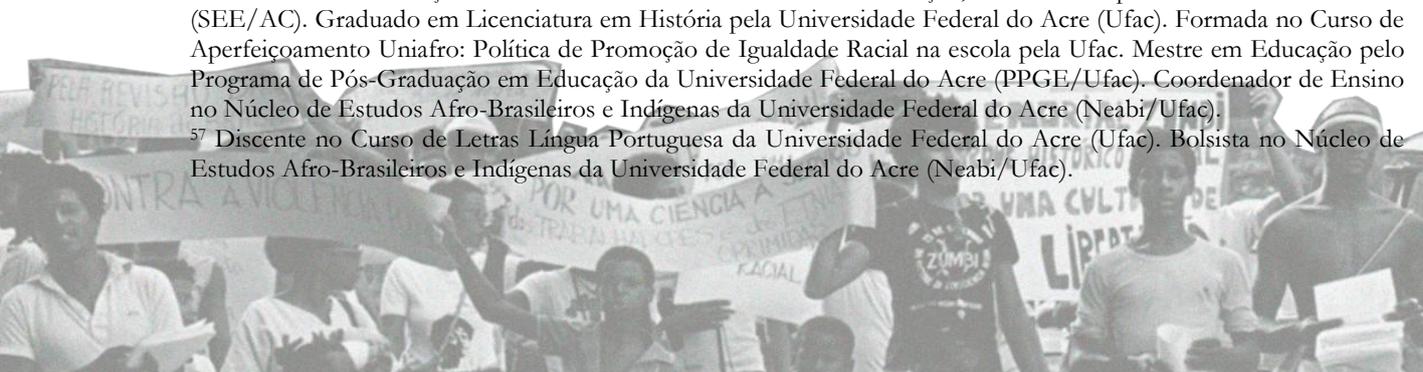
Wálisson Clister Lima Martins⁵⁶
Milene Rodrigues de Lima⁵⁷

O presente trabalho busca apresentar as formações promovidas pela Coordenadoria de Ensino do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) ocorridas entre maio de 2021 a maio de 2022. Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos são espaços acadêmicos voltados para a produção e divulgação de conhecimentos direcionados à História e Cultura Afro-Brasileira e para a Educação das Relações Étnico-Raciais, atuando de forma a combater o racismo e valorizar as culturas afro-brasileiras e indígenas, bem como políticas públicas de promoção de igualdade racial em universidades e instituições de ensino superior, agindo na pesquisa, ensino e extensão universitária (SANTOS, SANTOS e PEIXOTO, 2016). Na Ufac, o Neabi foi criado em 2018, dando continuidade a uma série de ações antirracistas que ocorriam desde 2013 na instituição (ROCHA, SILVA e MARTINS, 2021). A coordenadoria de ensino do núcleo engloba as ações voltadas para a formação de professores e divulgação do conhecimento científico acerca da existência e funcionamento do racismo e da colonialidade no contexto contemporâneo. A metodologia utilizada partiu de análises de documentos produzidos pelo referido núcleo acerca de tais formações, como folders, planos de trabalho, slides e relatórios. Pôde-se constatar que, durante o período estudado, o Neabi/Ufac realizou 23 ações de formação, entre palestras, oficinas, cursos de curta e média duração, além de projetos institucionais, em aulas expositivas presenciais e remotas (marcadas pelo contexto da pandemia decorrente do vírus Covid-19), direcionadas tanto a professores e bacharéis em formação e professores e estudantes da Educação Básica. Tais formações podem ser entendidas como ações valorizativas à medida que buscam promover mudanças antirracistas nos discursos e formas de pensar, viabilizando o direito à diversidade étnico-racial, à história e identidade dos sujeitos negros e indígenas, possibilitando a reparação, o reconhecimento e a valorização destas.

Palavras-chave: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Ações Valorativas. Formações.

⁵⁶ Professor da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Formada no Curso de Aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola pela Ufac. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac). Coordenador de Ensino no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).

⁵⁷ Discente no Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre (Ufac). Bolsista no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac).



**GRUPO DE
TRABALHO II**

**ENTRE O RACISMO
LINGUISTICO E A
EDUCAÇÃO
LINGUISTICA
ANTIRRACISTA:
ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO
SUBVERTENDO A
LOGICA DA
COLONIALIDADE**



GRUPO DE TRABALHO

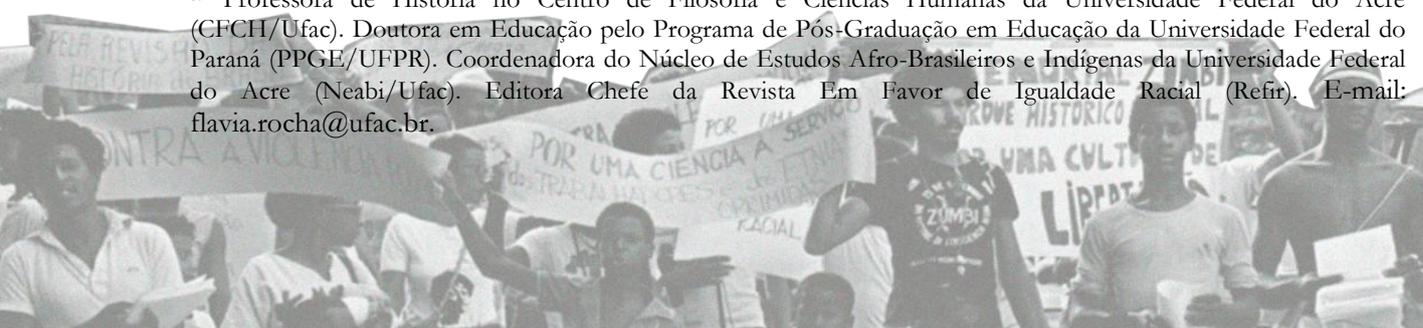
ENTRE RACISMO LINGUÍSTICO E A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA ANTIRRACISTA: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SUVERTENDO A LÓGICA DA COLONIALIDADE

Coordenação: Profa. Ma. Andressa Queiroz da Silva⁵⁸ e Profa. Dra. Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁵⁹

As populações negras africanas, afro-brasileiras e indígenas sempre foram sujeitos produtores de epistemologias; a colonialidade, através de seus mecanismos ideológicos que foram materializados de diversificadas maneiras na sociedade, produz e reproduz o eurocentrismo. Entretanto, movimentos negros e indígenas passam a denunciar o eurocentrismo presentes nas universidades e conseqüentemente nas escolas da Educação Básica também. Por conta da ação desses movimentos sociais, surgem ações como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que buscam romper com as práticas eurocêntricas dessas instituições de formação crítica; essas leis buscam promover o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A inserção de tais temáticas avança ainda mais com o ingresso de pessoas negras e indígenas nas universidades através das ações afirmativas com vagas destinadas a esse público, tanto na graduação com a lei 12.711/2012, quanto nas pós-graduações, que criam suas próprias normativas com as reservas de vagas para a entrada destes grupos historicamente excluídos. Assim, esses grupos que adentram as universidades, percebem o eurocentrismo e o epistemicídio, passam a questioná-los, denunciá-los e buscar formas de rompê-los, seja através do ensino, da pesquisa ou da extensão. O campo da Linguística não poderia ser diferente, esta que por muito tempo tratou esses sujeitos – populações negras e indígenas – como objetos de estudos ou meros informantes. A partir do surgimento do campo da Linguística Aplicada indisciplinar/interdisciplinar, com seu comprometimento com as questões da sociedade, passam a produzir trabalhos que colocam esses grupos no protagonismo, como produtores de saberes. Dessa maneira, a presente proposta de Grupo de Trabalho busca ser um espaço para debate para experiências dentro e fora da sala de aula, pesquisas concluídas e em andamento que de alguma maneira acionam a língua(gem) em diálogo com os aportes teóricos: Nascimento (2019), Fanon (2019), Mbembe (2014), Quijano (2000), Gonzalez (1988) Gomes (2018), Muniz (2009), Moita Lopes (2006), Souza Neto (2021), Ferreira (2015), Munanga (2019, 2020), entre outros.

⁵⁸ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Formada no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola (Ufac); no Aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Doutoranda em Letras: linguagem e identidade no PPGLI/Ufac. Pesquisadora no Laboratório Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre (LabODR/Ufac). Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: andressa.queiroz.silva@hotmail.com.

⁵⁹ Professora de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refr). E-mail: flavia.rocha@ufac.br.



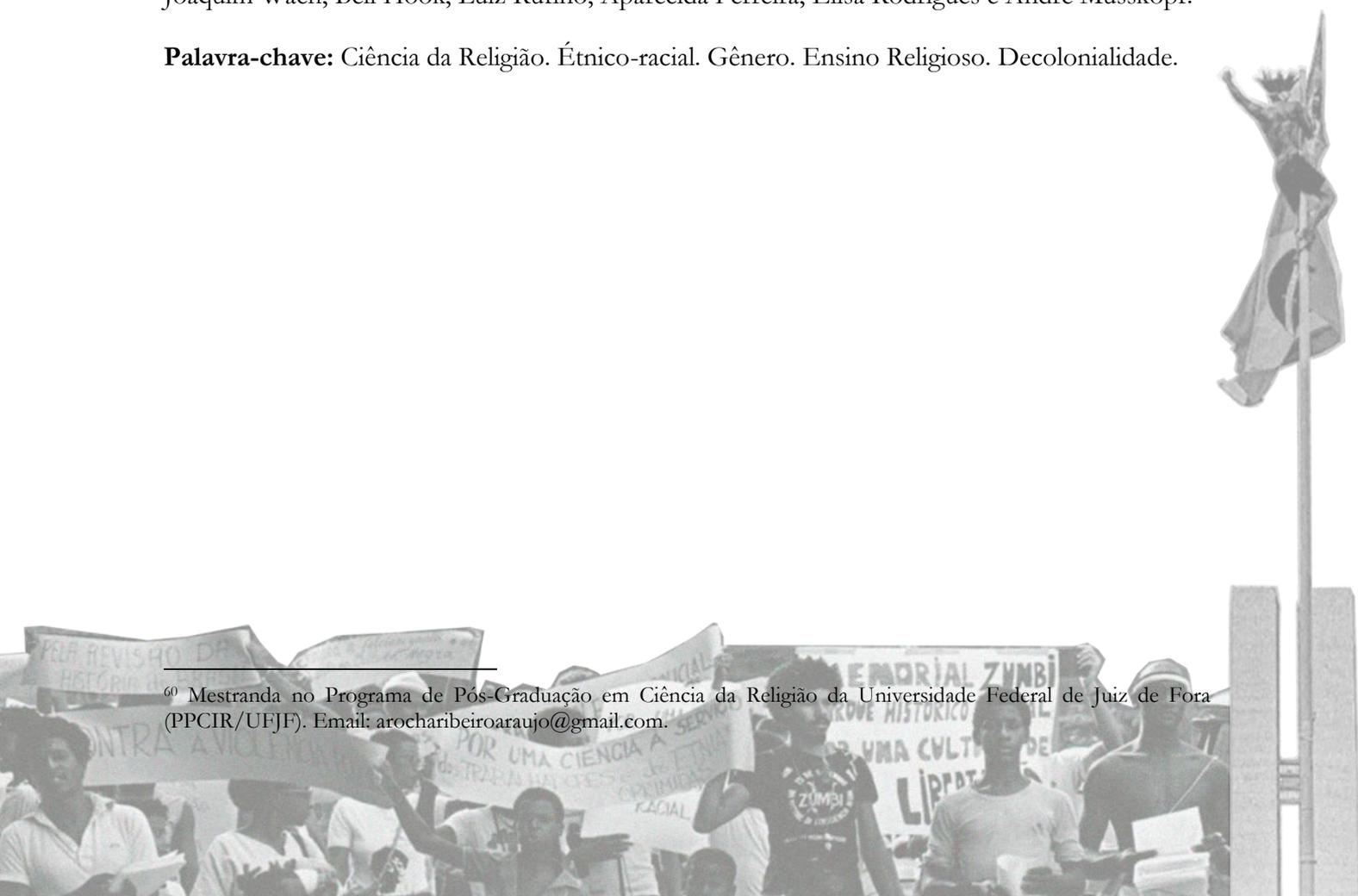
A CIÊNCIA DA RELIGIÃO DIALOGA COM QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO PARA UMA EDUCAÇÃO INTERRELIGIOSA, DEMOCRÁTICA E DE COMBATE ÀS INTOLERÂNCIAS

Adriana Rocha Ribeiro Araújo⁶⁰

A BNCC lançou desafio para educação: licenciatura de Ciência da Religião é a formação científica que habilita o professor de ensino religioso a lidar com a interculturalidade e a ética da alteridade para promoção da cultura da paz e como parte da formação integral do cidadão. A problemática do projeto será descobrir como a Ciência da Religião, enquanto linguagem científica de estudo sobre religião nos aspectos sociedade e cultura, pode contribuir para o estudo inter-religioso que não silencie as questões étnico-raciais e de gênero. O objetivo será trazer uma reflexão sobre a Ciência da Religião como proposta de uma aplicabilidade de estudo sobre religião, nas aulas de ensino religioso, em termos empíricos e sistemáticos, perpassando por questões étnico-raciais e de gênero, demonstrando que a religião é dinâmica e os sujeitos religiosos ou não-religiosos estão envolvidos em contextos históricos e culturais determinados pelo tempo e espaço. Religião é linguagem e como tal expressa diversas formas de organizar a vida em sentidos e relações. Embora alguns conflitos escolares envolvendo racismo religioso e intolerância religiosa não cheguem às mídias locais, acreditamos que não signifique que não existam no ambiente escolar. A invisibilidade de sujeitos parece ser uma prática nas aulas de ensino religioso do estado do Acre, decorrente da falta de uma formação em Ciência da Religião, além da falta de uma formação dos professores para as relações étnico-raciais e de gênero. Assim, parece haver um complexo engessamento de redução de sujeitos no estudo dos fenômenos religiosos construídos a base da hegemonia eurocentrada, patriarcal e cristã de controle de corpos e de currículo que busca determinar e reduzir os lugares de existência de cada ser social e religioso. A proposta metodológica será quali-quantitativa trazendo alguns referenciais teóricos para reflexão como Joaquim Wach, Bell Hook, Luiz Rufino, Aparecida Ferreira, Elisa Rodrigues e André Musskopf.

Palavra-chave: Ciência da Religião. Étnico-racial. Gênero. Ensino Religioso. Decolonialidade.

⁶⁰ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR/UFJF). Email: arocharibeiroaraujo@gmail.com.



RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CURSO RACISMOS E ANTIRRACISMOS NO ENSINO DE LÍNGUAS

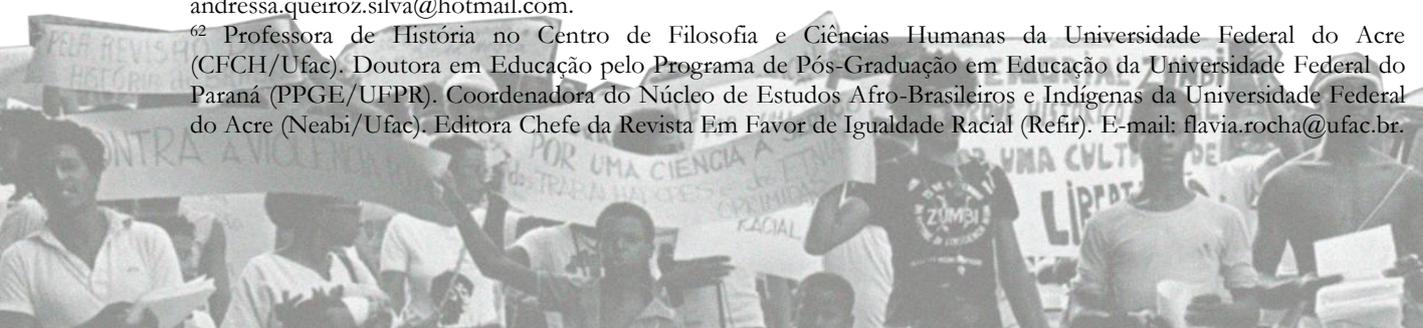
Andressa Queiroz da Silva⁶¹
Flávia Rodrigues Lima da Rocha⁶²

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o curso Racismos e Antirracismos no Ensino de Línguas, que foi planejado e realizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas da Universidade Federal do Acre – Neabi/Ufac. O curso teve como objetivo capacitar a partir da formação-continuada professores e/ou professores em formação sobre o tema da educação das relações étnico-raciais, a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A formação aconteceu via *GoogleMeet* durante os sábados dos meses de maio a julho do ano corrente, ele contou com a participação na condição de palestrantes de pesquisadores negros e não-negros que possuem produção acadêmica relevantes para a promoção de igualdade racial e a educação antirracista, como Aparecida de Jesus Ferreira (2018), Ana Lúcia Silva Souza (2009), Gabriel Nascimento (2019), Mauricio J. de Souza Neto (2021), estes são referenciais epistemológicos base na construção do curso. Metodologicamente, este trabalho se dará através da análise documental, mas também a partir das memórias das vivências do curso. Sabemos que ainda há um panorama de desinformação sobre as temáticas citadas anteriormente, em vista de um currículo eurocêntrico das universidades que forma os professores e professoras que irão atuar na educação básica, mesmo após décadas da implantação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Assim, acreditamos que a partir da obtenção de conteúdos teóricos e práticos proporcionados pela formação poderemos contribuir para ocorrer a efetivação de uma educação antirracista por parte dos participantes do curso, mesmo diante de uma base curricular que não faça referência explícita às temáticas aqui elencadas.

Palavras-chave: Educação antirracista. Línguas. Lei 10.639/2003. Lei 11.645/2008.

⁶¹ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Formada no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola (Ufac); no Aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Doutoranda em Letras: linguagem e identidade no PPGLI/Ufac. Pesquisadora no Laboratório Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre (LabODR/Ufac). Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: andressa.queiroz.silva@hotmail.com.

⁶² Professora de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Editora Chefe da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir). E-mail: flavia.rocha@ufac.br.



DIÁLOGOS ENTRE A LEI 10.639/2003, O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO E AS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS RECURSOS DAS BANCAS RECURSAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

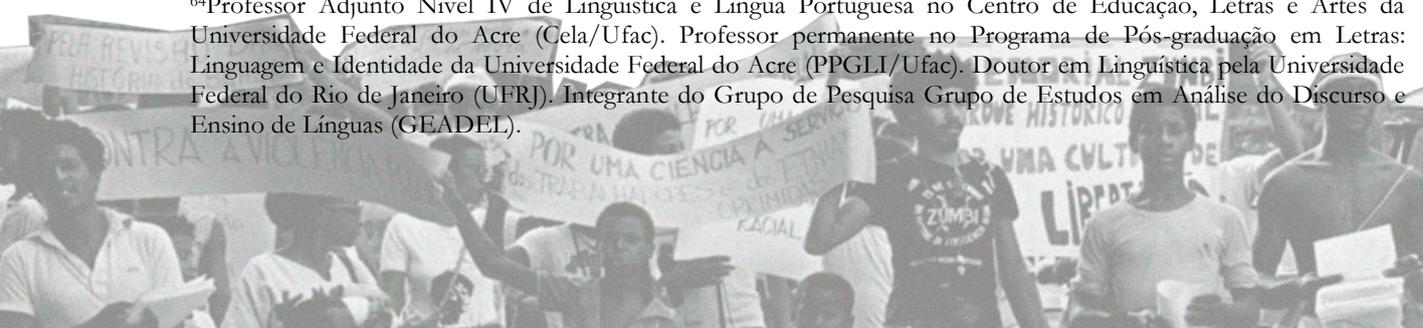
Andressa Queiroz da Silva⁶³
Shelton Lima de Souza⁶⁴

Ao longo do período pós-abolição – posterior a Lei Áurea de 1888 – a população negra que outrora foi escravizada por mais de 350 anos encontrou diversas formas de resistência ao acesso à escolarização, uma vez que, mesmo após a “libertação”, ainda houve um panorama de racismo, que se configurou em racismo estrutural, que proibia o acesso à educação formal para esse segmento da sociedade. Hodiernamente, em consequência de ações de luta dos movimentos negros iniciam-se a implantação e implementação de políticas públicas para populações negras; na educação, é inserida a temática da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo; além disso, há também a lei de reservas de vagas, 12.711/2012, nas instituições de ensino superior para a população negra. Essa última lei fez 10 anos e passou por ameaças de segmentos conservadores da sociedade que defendiam o seu fim. Além disso, durante esses dez anos, ocorreram muitas denúncias de fraudes em muitas universidades brasileiras, nas quais não houve processos de acompanhamento desses alunos que ingressavam nas vagas reservadas para pessoas pretas. É nesse contexto que surgem as comissões de heteroidentificação para confirmar a autodeclaração dos candidatos e verificar se a vaga se destina a esse candidato. O presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos das justificativas dadas na banca recursal pelos candidatos não-negros que tiveram a sua autodeclaração racial indeferidas. E tem como referencial teórico Ferreira (2018), Nunes (2018) e Jesus (2021). Em tese, discutimos que esses candidatos não-negros se inscrevem nessas vagas destinadas a negros devido ao fato de não haver letramentos raciais críticos nas escolas de educação básica e de ensino superior que podem ser propiciadas por meio da efetivação da lei 10.639/2003 e que poderiam, em certo sentido, ampliar as discussões sobre as diferentes formas de minorização pelas quais passaram pessoas pretas no Brasil.

Palavras-chave: Comissão de heteroidentificação. Letramento racial crítico. Ufac. Vagas para pessoas pretas.

⁶³ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre (SEE/AC). Graduada em Licenciatura em Letras Portugêses pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Formada no curso de aperfeiçoamento Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na escola (Ufac); no Aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Doutoranda em Letras: linguagem e identidade no PPGLI/Ufac. Pesquisadora no Laboratório Observatório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre (LabODR/Ufac). Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: andressa.queiroz.silva@hotmail.com.

⁶⁴ Professor Adjunto Nível IV de Linguística e Língua Portuguesa no Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre (Cela/Ufac). Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac). Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos em Análise do Discurso e Ensino de Línguas (GEADEL).



“TER PELE ESCURA É SER ISMÁLIA”: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO EM UMA ATIVIDADE DE LEITURA

Bruna Carolini Barbosa⁶⁵

Para além dos aspectos linguísticos, semióticos e literários, o ensino de língua portuguesa, em uma perspectiva crítica, volta-se à discussão de questões com relevância social, a fim de problematizar os discursos dominantes, hegemônicos. Nesse sentido, a prática de ensino volta-se à participação agentiva e contra-hegemônica, contestadora do *status quo*. Sob a luz dessas premissas, este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de atividade no eixo da leitura para as séries do Ensino Médio. A atividade visa a analisar, na música “Ismália”, do *rapper* Emicida, as relações intertextuais e interdiscursivas, reveladoras do posicionamento do enunciador. O dispositivo didático está em consonância com o princípio freiriano de que a leitura de mundo precede a leitura da palavra, o que implica em uma mediação que vai além dos sentidos contidos na superfície textual. São mobilizados referenciais teóricos atinentes aos estudos discursivos (VOLÓCHINOV, 2017; FIORIN, 2006; MAINGUENEAU, 2005; POSSENTI, 2002) e ao Letramento Racial Crítico (FERREIRA, 2015). A proposta de análise permite discutir o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), materializado nas diferentes violências – físicas e simbólicas – que levam ao adoecimento psíquico da população negra.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Letramento Racial Crítico. Intertextualidade. Interdiscursividade.

⁶⁵ Professora Adjunta A na Universidade Federal do Acre (Ufac). Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante dos grupos de pesquisa Diálogos linguísticos e ensino: saberes e práticas (Diale) e Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (Gecal/Unb). E-mail: bruna.carolini@ufac.br.



O PERIGO DA HEGEMONIA NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA (EUA /EUROPA/CANADÁ): ENSINANDO O INGLÊS A PARTIR DA PERSPECTIVA AFRRREFERENCIADA

Dinalva Marreiro Pereira Todão⁶⁶

Dada a emergência da aplicabilidade da Lei 10.639/2003, especificamente na disciplina de Língua Inglesa nas escolas do município de São Paulo, se faz necessário a reflexão do fazer educativo nas aulas de inglês, já que esta intenciona ser violenta, excludente e injusta. Assim, defendemos que no chão da sala de aula da escola pública práticas em Língua Inglesa Afrorreferenciadas. Objetivo deste trabalho é expurgar o ensino de Língua Inglesa do viés da colonialidade do saber e do poder impostos pelo norte global, levando em consideração as especificidades de cada povo, enaltecendo e respeitando a diversidade e a multiculturalidade existente no mundo, especificamente no continente africano. Metodologicamente a pesquisa se dará através da articulação de teorias/saberes decoloniais e descolonizados, como Anjos (2019), Machado (2017) e Adiche (2019) juntamente às práticas no chão da sala de aula, pois se entende que desta forma, pode-se fortalecer a autoestima das crianças pretas e minimizar os tentáculos do racismo. Ainda vivemos em uma sociedade pautada no eurocentrismo, em seus variados aspectos de ser e estar no mundo, resultado de exploração, dominação e dizimação de povos. Essa questão está tão encrustada no consciente coletivo das pessoas, que passamos a vida sem questionar certas “verdades” impostas a nós e nem percebemos que nesse *modus operandi* existe uma relação de subalternidade em determinadas classes e grupos sociais. Por essa razão e com urgência, se faz necessária a aplicabilidade da lei que garante o ensino da História da África no ensino de Língua Inglesa nas séries do ciclo de alfabetização.

Palavras-chave: Ensino. Língua Inglesa. Decolonialidade.



⁶⁶ Professora na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP). E-mail: dinampt@hotmail.com.

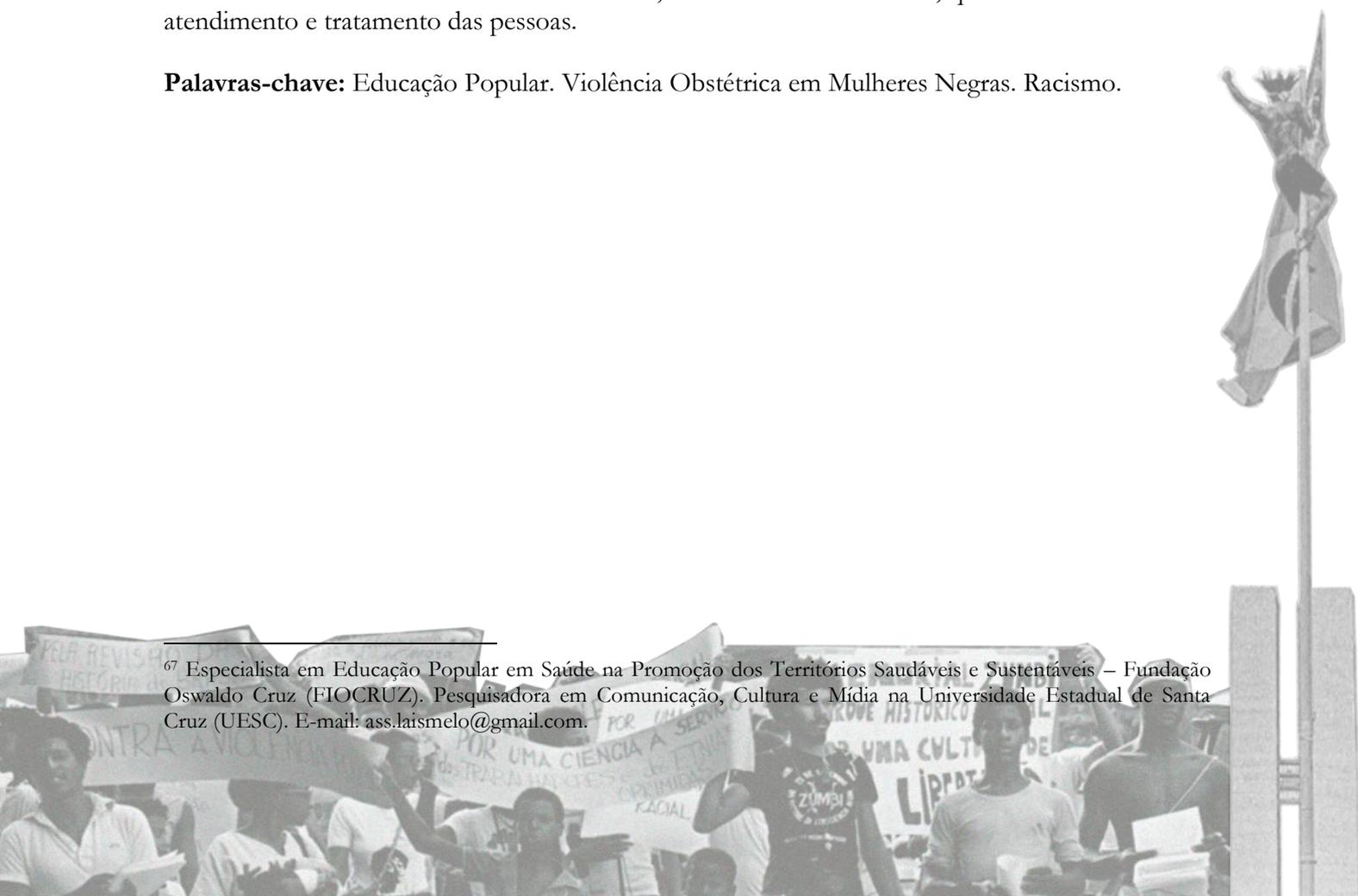
EDUCAÇÃO POPULAR PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM MULHERES NEGRAS

Laís Melo de Andrade⁶⁷

A educação popular em saúde – busca um modo de compartilhamento através da educação e popularização, compreendendo que as desigualdades sociais, precisam ser diminuídas. Diante disso, a educação popular em saúde é uma atividade extremamente importante para o enfrentamento e combate à violência obstétrica que é uma problemática colonialista que ainda acontece na contemporaneidade que violentam mulheres, principalmente da raça negra, que é interseccionalizada, através dos processos culturais- que as mitificam. Nos dias hodiernos, presenciamos a violência obstétrica da mulher negra, que infelizmente ainda carrega a imagem traçada pelo colonialismo de obscena, vulgar, lasciva, reprodutora e parideira. Assim, acontece a violência obstétrica, quando subjuga uma mulher pela sua cor, supondo que “Mulheres pretas têm quadris mais largos e, por isso, são parideiras por excelência”, “negras são fortes e mais resistentes à dor”, frases baseadas em senso comum. O objetivo desse trabalho é apresentar a importância da educação popular em saúde para o enfrentamento da violência obstétrica, apresentando através dos princípios da Política Nacional de Educação Popular (PNEPS), como também de apresentar a tipificação da violência obstétrica em mulheres negras. Essa atividade justifica-se, pela importância do tema e a luta das mulheres que tem seus direitos atravessados e estereotipados por situações complexas, constrangedoras. Romper as barreiras do pensamento colonialista, que ainda reverbera na sociedade. A metodologia acontece sob visão do estudo qualitativo. A violência obstétrica é um fato histórico e atual no Brasil, um termo usado para caracterizar abusos, quais mulheres grávidas são vítimas na hora do parto, essa violência pode ser psicológica, física, verbal, por negligência e patrimonial. Segundo Silvio Almeida (2018) o racismo enraizado na sociedade brasileira desde a colonização ainda reverbera em pleno século XXI, sendo caracterizado de três formas: estrutural, institucional e individual, que infelizmente afeta o atendimento e tratamento das pessoas.

Palavras-chave: Educação Popular. Violência Obstétrica em Mulheres Negras. Racismo.

⁶⁷ Especialista em Educação Popular em Saúde na Promoção dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Pesquisadora em Comunicação, Cultura e Mídia na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: ass.laismelo@gmail.com.



MUSICALIDADE: REPRESENTAÇÃO, RESISTÊNCIA, EMPODERAMENTO E RESILIÊNCIA

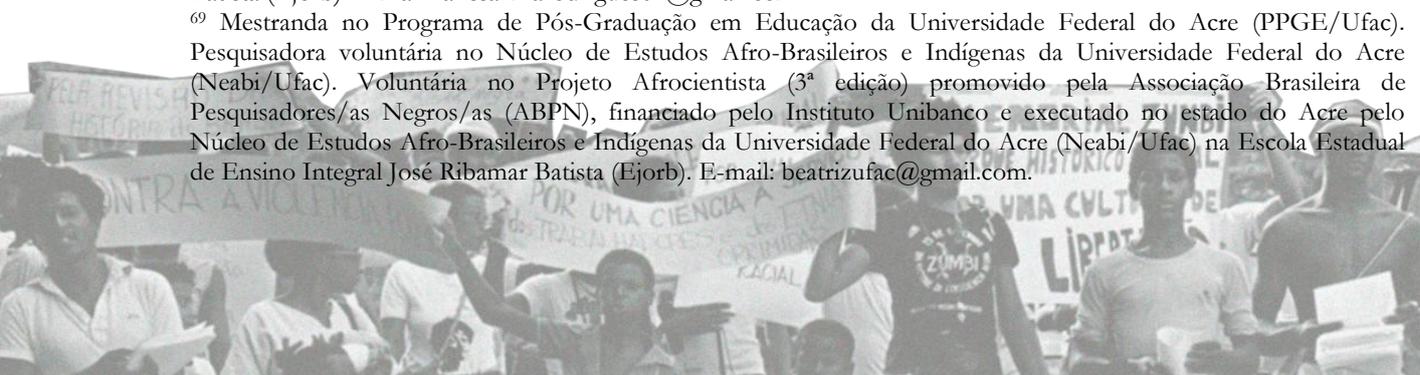
Larissa Lima Rodrigues⁶⁸
Beatriz Domingos da Silva⁶⁹

O presente resumo é parte da produção do Projeto Afrocientista, em sua segunda edição, realizada no ano 2022, agora na escola de novo Ensino Médio José Ribamar Batista – Ejob, localizada no bairro Aeroporto Velho, no município de Rio Branco no Estado do Acre. Esse projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac e é promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN), junto aos Núcleos de Pesquisa de Estudos Afro-brasileiro – NEAB e entidades correlatas, tendo a parceria e o financiamento do Instituto Unibanco. Esse trabalho se justifica mediante a compreensão de que a musicalidade pode ser vista como uma ferramenta pedagógica de suporte na luta antirracista, ao levar informações, representações, denúncias e resistência, por meio da música. Assim, o objetivo deste trabalho é compartilhar breves análises de músicas de cantoras(es) negra(os) que, em suas letras, relatam suas vivências/realidades, sendo possível compreender seus significados e representações. A metodologia utilizada foi a de análise de conteúdo baseado em Gomes (2016), a partir das contribuições de Bardin (1979), realizando a seleção de algumas músicas de cantoras(es) negras(os) para serem analisadas e categorizadas. Como referencial teórico utiliza-se Brito (1998), que dialoga com a importância sobre a música como forma de linguagem, importante para a cultura humana.

Palavras-chave: Afrocientista. Música. Resistência.

⁶⁸ Discente da Educação Básica na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejob). Bolsista no Projeto Afrocientista (3ª edição) promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN), financiado pelo Instituto Unibanco e executado no estado do Acre pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejob). E-mail: larissalimarodrigues01@gmail.com.

⁶⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/Ufac). Pesquisadora voluntária no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). Voluntária no Projeto Afrocientista (3ª edição) promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN), financiado pelo Instituto Unibanco e executado no estado do Acre pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) na Escola Estadual de Ensino Integral José Ribamar Batista (Ejob). E-mail: beatrizufac@gmail.com.



CORPO FEMININO, ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E MODOS DE RESISTÊNCIA

Poliana de Melo Nogueira⁷⁰

Este trabalho é um recorte de pesquisa realizada em nível de mestrado e foi produzido como parte da avaliação da disciplina Estudos e Conceitos de Gênero, Raça e Etnia, cursada por mim no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade – UFAC. O objetivo do texto é seguir as discussões críticas presentes na disciplina, tais discussões nos levam a problematizar o processo discursivo presente na sociedade ocidental sobre a idealização de corpos femininos e como tais idealizações são base para diferentes meios de exploração e subjugação de diversos sujeitos e territórios. Para tanto, me baseio nas análises de Mbembe (2014) Federici (2017; 2019); Agambem (2002) e Certeau (2017), que discutem como certas imagens são criadas sobre determinados corpos e espaços, a ideia central é de que a escravidão e o racismo serviram e servem de base para gestão política de corpos e vidas classificados como “indesejáveis”. As conclusões apontam para a possibilidade de alinhamento entre o devir-negro e o devir-feminino no processo de luta e rompimento com os ideais impostos pelo capitalismo.

Palavras-chave: Corpo feminino. Resistência. Espaço. Racismo. Exploração.

⁷⁰ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac) e doutoranda pelo mesmo programa. E-mail: poliana.nogueira@ufac.br.

